
CRISE POLÍTICA, ESQUERDAS E BOLSONARISMO

**DEBATE REFLETE SOBRE ALIANÇA ENTRE
EXTREMA-DIREITA E ULTRALIBERALISMO E
IMPASSES NO CAMPO DEMOCRÁTICO E POPULAR**

DECIFRANDO A CONJUNTURA POLÍTICA

Daniel Garcia



Debate organizado pela Comissão Editorial da *Revista Adusp* e realizado em 25/10/2019 no auditório Nicolau Sevcenko da FFLCH

“Conjuntura brasileira em debate: crise política, esquerdas e bolsonarismo”: assim se intitulou o evento realizado em 25 de outubro de 2019 no Auditório Nicolau Sevcenko da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), por iniciativa da Comissão Editorial da Revista Adusp. Na pauta, os dilemas e desafios do campo democrático e popular frente à agenda econômica ultraliberal do governo Bolsonaro e à acelerada deterioração das liberdades democráticas.

Participaram da discussão os professores Luis Felipe Miguel, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), Plínio de Arruda Sampaio Filho, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Isabela Kalil, coordenadora do Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), Henrique Carneiro, do Departamento de História da FFLCH, e Valter Pomar, do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC).

Muita coisa mudou desde então: o ex-presidente Lula, que se encontrava preso em Curitiba, foi libertado por ordem do Supremo Tribunal Federal (STF); na Bolívia, o governo de Evo Morales foi deposto por um violento golpe de Estado; em 2020 a pandemia chegou ao Brasil, com os trágicos resultados conhecidos; Sérgio Moro e Abraham Weintraub deixaram de ser ministros; acuado pela prisão do notório ex-assessor Fabrício Queiroz e por investigações contra sua própria família, o presidente Bolsonaro reconciliou-se com o chamado “Centrão” e tornou-se mais contido; o MAS retornou triunfalmente ao poder com a consagrada eleição de Luis Arce; Donald Trump foi derrotado no seu propósito de reeleger-se.

Apesar do advento destas e de tantas outras mudanças e desdobramentos, o teor da maior parte do debate realizado naquele dia na FFLCH continua atual e consistente. Foram trabalhadas pelos debatedores questões como as características políticas e sociais do bolsonarismo, a capilarização da direita na sociedade, os desafios da esquerda no tocante à formação das propaladas frentes de resistência (“ampla” ou de esquerda?), as contradições na trajetória de partidos como PT, PSOL e PCdoB (por exemplo: eleitoralismo e excessiva institucionalização), os erros e acertos dos governos Lula e Dilma, as implicações do impeachment de 2016 para a vida do país, o colapso da Nova República, o desmonte do Estado nacional, a reversão neocolonial, a pertinência ou não da palavra de ordem “Fora Bolsonaro”. Bem como o crescimento da desigualdade social e do desemprego, o extermínio da juventude negra, a pluralização da agenda emancipatória mediante o surgimento de novos protagonismos nos movimentos sociais.

Transcrevemos a seguir os principais momentos do debate, cujo mediador foi o jornalista Pedro Estevam da Rocha Pomar, editor da Revista Adusp.

“O objetivo central do golpe de 2016 foi vetar os atores do campo popular como interlocutores legítimos da política. Se aderirmos a uma frente ampla que apaga a agenda da esquerda em nome da unidade, estaremos cumprindo o objetivo de apagamento da voz das forças populares”

Vou organizar a minha fala em torno de uma leitura bastante literal da questão que organiza o debate, isto é: qual é ou deve ser a agenda da esquerda brasileira frente ao bolsonarismo. A minha análise da conjuntura vai ser limitada aos elementos que incidem diretamente sobre as respostas possíveis a essa questão. Assim, vou abordar quatro eixos que na verdade estão intimamente ligados. Primeiro: o caminho é constituir uma frente ampla contra a extrema-direita? Segundo: nós devemos assumir a bandeira “Fora Bolsonaro”? Terceiro: qual é o peso da bandeira “Lula Livre” na nossa luta política neste momento? **[Nota da Redação:** à época da realização do debate, o ex-presidente Lula ainda estava detido em Curitiba]. Quarto: qual é a centralidade que a disputa eleitoral que se avizinha em 2020 e também a de 2022 devem ter na ação da esquerda?

Partindo para o primeiro eixo: temos clareza de que os exageros do bolsonarismo têm feito com que muitos setores que apoiaram o golpe de 2016 e os retrocessos colocados em marcha a partir daí busquem distância do bolsonarismo. Existem sim movimentações de caráter eleitoral, como é o caso, por exemplo, do [governador de São Paulo] João Doria (PSDB), com muita clareza; em alguma medida, do próprio [governador] Wilson Witzel (PSC), no Rio de Janeiro [**N.R.:** em 2020, após *impeachment*, Witzel foi afastado]. Também existem preocupações, digamos assim, sinceras de setores conservadores, mas não obscurantistas. Um bom exemplo é o movimento “Direitos Já! Fórum pela Democracia”, que foi lançado aqui em São Paulo, no começo de setembro [de 2019], capitaneado pela autoproclamada “esquerda do PSDB” — que parece um oxímoro, mas é como eles se definem.

São setores que participaram ativamente da deflagração do golpe de 2016 e que, por estarem muito presos a um antipetismo até pueril, contribuíram para a chegada de Bolsonaro à Presidência da República. Apoiam, no grosso, o programa do [ministro da Economia] Paulo Guedes, mas gostariam de limpar os elementos mais constrangedores do bolsonarismo, como o seu obscurantismo explícito, o destempero verbal, a grosseria, as manifestações abertas de preconceito e mesmo de burrice que marcam o discurso do presidente. E existe uma preocupação com a vigência das liberdades liberais, como a liberdade

de expressão e a liberdade de cátedra. São setores que se colocam, por exemplo, contra a censura às artes e contra o “Escola sem Partido” e defendem a redução do uso da violência aberta na política. E, para concluir esta breve lista, desejam também evitar que o Estado seja controlado por grupos milicianos.

São pautas relevantes e fazem diferença, sem dúvida. Já passamos do momento de julgar que as liberdades liberais, ou o chamado Estado de Direito, sejam irrelevantes. Não tenho dúvidas de que um governo, mesmo de direita e mesmo muito atrasado, mas que se julgasse, pelo menos, constrangido por determinados padrões mínimos de civilidade política — pelo respeito, ainda que em alguma medida apenas de fachada, às regras do Estado de Direito —, geraria uma situação muito melhor do que aquela que nós temos hoje. Ainda assim, é importante termos clareza de que o preço a pagar pelo ingresso numa frente desse tipo é bastante alto.

A frente ampla, tal como pensada pelos setores conservadores e liberais que não querem abrir mão do rótulo de democratas, aponta para uma certa normalização pós-bolsonariana que aceita o golpe como um dado da realidade política brasileira; aceita uma reconstituição muito parcial do pacto constitucional de 1988; aceita a restrição dos direitos da classe trabalhadora, a desnacionalização profunda da economia, o retrocesso nas políticas sociais — toda essa agenda que vem sendo implementada a galope nos últimos meses. E, sobretu-

do, aceita que o campo popular seja condenado a uma posição de coadjuvante permanente no debate político, o que foi o eixo central do golpe de 2016. O que garante a amplitude da frente ampla é a aceitação desse mínimo denominador comum, que faz com que o respeito às liberdades liberais e ao arcabouço do chamado Estado de Direito seja o objetivo, e que todo o resto fique em um absoluto segundo plano.

Na minha leitura, o objetivo central do golpe e dos seus desdobramentos foi vetar a presença dos atores do campo popular, em suas diversas organizações e tendências, como interlocutores legítimos e de pleno direito do debate público e da disputa política. Então, se aderirmos a uma política de frente ampla que apaga a agenda própria do campo da esquerda em nome dessa unidade — e portanto de uma hierarquização que dá primazia total à reconstituição das liberdades liberais — a gente está simplesmente cumprindo esse objetivo de apagamento da voz das forças populares no debate público. É uma forma de tirar o “bode” Bolsonaro da sala e ficar contente com o que nos sobra, que é o Brasil do projeto original do golpe de 2016.

Para a direita, propostas assim apontam para uma retomada contida, tutelada da democracia e do Estado de Direito que não ameaça o projeto das contrarreformas, que é o que une essa direita “civilizada” a Bolsonaro. Mas para as forças progressistas elas são propostas contraproducentes, porque passam por perder identidade e inibir o próprio discurso.

Isso não quer dizer, evidentemente, que não sejam possíveis e neces-

sárias ações pontuais em conjunto com esses setores, mas que é necessário rechaçar frontalmente essa hierarquização tácita de privilegiar a ordem liberal-democrática e secundarizar as lutas da classe trabalhadora e de outros grupos oprimidos. Na verdade parece que a gente está reeditando a tentação de uma leitura que permitiu, por exemplo, na transição [ocorrida] ao final da Ditadura Militar, que a oposição burguesa ficasse com o comando indiscutível desse processo. Quer dizer: uma leitura da qual, na época, o nascente PT foi a principal voz discordante, mas que depois vai ser incorporada ao próprio projeto do lulismo, que é a acomodação aos limites que os setores dominantes impõem à luta política no Brasil.

O retrocesso do pós-golpe é uma tentativa de reduzir a margem de ação do campo popular quase a zero. Do nosso ponto de vista, não é possível estabelecer a luta contra os retrocessos sem estabelecer como momento central a resistência a essa redução do espaço da ação política popular. Ao contrário do que têm dito algumas propostas de incorporação a uma frente que tem no combate ao bolsonarismo, entendido como essa patologia política, o seu eixo único, é necessário afirmar com clareza uma agenda política à esquerda e disputar o debate público com essa agenda.

O segundo ponto é a palavra de ordem “Fora Bolsonaro”, que tem surgido como uma maneira de rechaçar o que temos no Brasil hoje. Na verdade, se a gente pensar estritamente, o “Fora Bolsonaro” é uma palavra de ordem limitada, na medida em que

parece personalizar no Bolsonaro e nas suas excentricidades os nossos problemas, e não leva em conta que não se trata simplesmente de retirar ou de levar ao *impeachment* o presidente da República — o que aliás nos deixaria na perspectiva de um governo do general [Hamilton] Mourão. O que temos como vício de origem deste governo é uma ilegitimidade do processo eleitoral que levaria, mesmo dentro do conjunto de normas que ainda formalmente regem a vida política brasileira, à necessidade de anulação das eleições de 2018.

Não estou dizendo que seja um objetivo factível, mas o processo que levou Bolsonaro à Presidência da República [foi] tingido pela instrumentalização política do Poder Judiciário. Todas as eleições sofrem de diferentes maneiras, na sociedade em que nós vivemos, influências que enviesam os resultados, pela força dos meios de comunicação, pelo poder do dinheiro e assim por diante, mas a eleição de 2018 é um ponto fora da curva mesmo quando a gente leva em conta essa crítica. Tivemos claramente uma intervenção destinada a reduzir o conjunto de alternativas à disposição do eleitorado com o objetivo de beneficiar um determinado campo de candidaturas. Isso está mais do que provado. Então, evidentemente, o que se deveria exigir neste momento é a anulação desse processo eleitoral, para ficar dentro das regras já vigentes no Brasil. No entanto, é difícil por conta dessa questão simplesmente rechaçar a ideia do “Fora Bolsonaro” ou de campanhas pelo afastamento do presidente, porque são motes que têm surgido de maneira sinté-

tica como manifestação espontânea de rechaço. A questão que se impõe é lutar pelo significado do “Fora Bolsonaro”, ligando-o à oposição plena ao projeto de desfazimento dos direitos e precarização da vida das camadas populares que está em curso no país.

“A conspiração judicial e midiática que colocou Lula na cadeia é o principal fio que liga o golpe de 2016 à vitória do bolsonarismo em 2018. Condenação, inelegibilidade e prisão do Lula marcam que existe uma vontade de tutela sobre o exercício da vontade eleitoral, apesar das vacilações e limites do projeto político que ele encarnou”

(Luis Felipe)

E o que fazer então com o “Lula Livre”? É outro ponto que vai levar a um grau significativo de polêmica nas forças do campo da esquerda, em sentido amplo. Como foi noticiado amplamente quando houve a reunião do movimento “Direitos Já!”, essa bandeira foi vetada porque seria um empecilho à formação dessa frente ampla, o que é algo que mostra bem qual a pretensa amplitude dessa frente, mas divide o próprio campo da esquerda. Não estou falando de posições que negam o caráter político da persegui-

ção judicial contra Lula e o caráter político de sua prisão, mas sim de setores que, reconhecendo o caráter abusivo da Lava Jato, entendem que estrategicamente a centralidade dada à campanha “Lula Livre” é problemática.

Quando apontamos para a bandeira “Lula Livre”, estamos tratando de uma questão evidente de injustiça — uma condenação e uma prisão após um processo hoje comprovadamente viciado e levado a cabo por um juiz absolutamente comprometido com determinados interesses. Está completamente fora de dúvida a corrupção no processo judicial. Então fica claro que não é possível ser contra essa bandeira.

Mas não é simplesmente um imperativo moral; é também uma exigência da ação política, porque a conspiração judicial e midiática que colocou Lula na cadeia é o principal fio que liga o golpe de 2016 à vitória do bolsonarismo em 2018. A condenação, a inelegibilidade e a prisão do Lula marcam com clareza que, tanto em 2016 quanto em 2018, existe uma vontade de tutela do exercício da vontade eleitoral. A defesa da anulação do processo que o condenou, a defesa da libertação imediata e a punição aos responsáveis por essa conspiração são a defesa do retorno de um ideal de império da lei e de livre competição política sem criminalização de partidos ou de tendências políticas. Lula, apesar de suas vacilações e apesar de todos os limites do projeto político que ele encarnou, é também quem encarna simbolicamente aquilo que, na minha interpretação, é o cerne do processo de fechamento político em curso,

que é o veto à presença popular na política.

Claro que essa não é uma situação fácil do ponto de vista político. Ainda em 2015-16 o processo fraudulento de *impeachment* estava em vigor e era necessário se colocar contra esse processo sem ter que necessariamente defender o péssimo governo que a Dilma Rousseff (PT) estava fazendo naquele momento, com Joaquim Levy [então ministro da Fazenda] e tudo. Lembro de faixas nas manifestações que diziam: “Fica, Dilma, mas melhora”. Realmente é preciso muita sofisticação política para chegar nisso e defender um governo que você sabe que é muito ruim e que estava trabalhando contra os interesses que você defende. Mal comparando, é preciso agora defender o “Lula Livre” sem que isso signifique abraçar o programa lulista.

Com a aparente iminência da libertação do Lula [**N.R.:** *o ex-presidente foi solto no dia 8/11/2019*], já aparecem na imprensa lamúrias sobre o risco de radicalização da disputa política, com as opções de centro, como Luciano Huck, ficando sem espaço diante dos “radicais simétricos” Bolsonaro e Lula — ou seu representante. Evidentemente o problema é o oposto. Lula é uma voz para a desradicalização da esquerda. Lula é alguém que já sinalizou, e continua sinalizando, sua disposição de repactuar o mesmo pacto lá de 2002, mesmo em condições ainda piores para a classe trabalhadora e os mais pobres.

E por fim a questão das eleições, talvez o grande problema na ação política da esquerda brasileira ao longo dos últimos anos, que é o seu eleitoralismo absoluto. Não há dúvidas de que o processo eleitoral,

ao mesmo tempo que pode ser uma abertura para propor determinados debates e para favorecer determinadas formas de ação e organização, é também uma armadilha, na medida em que vai sugando as energias da ação política e relegitimando permanentemente o sistema político. Aliás, no século 18, Montesquieu dizia que as eleições têm que ser periódicas para que o povo nunca perca a esperança de encontrar bons governantes, embora sempre seja frustrado.

A própria forma como a eleição e também como a ação parlamen-

tar ocorrem são um incentivo permanente a uma desradicalização e moderação dos programas, porque há incentivos para adquirir determinados apoios, eliminar determinadas arestas e adaptar o discurso a determinados fluxos que empurram na direção dessa maior moderação.

Não se trata de abandonar a arena eleitoral — mas a estratégia eleitoral deve estar a serviço da resistência popular, e não o contrário. Ela deve ser vista não como um fim em si mesma, mas como um instrumento para alimentar e fortalecer as lutas

do campo popular. Infelizmente, não acredito que essa ideia, neste momento, encontre qualquer ressonância nas direções partidárias em geral. Esse é o grande drama que a gente enfrenta no Brasil hoje: um apego, uma certa acomodação absoluta a uma determinada forma de luta política dentro da institucionalidade mesmo no momento em que essa institucionalidade está severamente fraturada. Enquanto não formos capazes de dar um passo para entender isso, vamos reproduzir equívocos de muito tempo.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO FILHO

“O primeiro golpe é o da Dilma, que ganhou a eleição dizendo que não ia fazer ajuste nem que a vaca tossisse, e pôs Joaquim Levy lá para fazer o ajuste. E vieram os outros golpes. Dobrando a meta veio Temer, com a ‘Ponte para o Futuro’. Depois, numa metástase, vem Bolsonaro”

Para entender a conjuntura, temos que entender o impacto devastador da crise sobre a sociedade brasileira: temos que entender a crise econômica e a crise social e como elas repercutem sobre a crise política nacional.

O que é a crise econômica brasileira? Do ponto de vista quantitativo, estamos há cinco anos parados. O nível de produção hoje é inferior ao de 2014. No fundo dessa crise há um processo de desindustrialização fortíssimo que é, na verdade, a destruição da base material de um Estado nacional. Essa é a profundidade da crise que estamos vivendo. Esse é um processo histórico que vem de longe, mas que foi aprofundado a partir de 2014-15.

A crise econômica provocou uma crise social aguda. Por sermos um país subdesenvolvido, vivemos permanentemente com mais ou menos um terço da força de trabalho marginalizada do mercado de trabalho. Um de cada quatro trabalhadores brasileiros está marginalizado do mercado de trabalho — desempregado, desalentado ou subutilizado. É um total de 28 milhões de brasileiros. Isso é toda a força de trabalho do Chile e da Argentina.

E o que há por trás da crise e desse mal-estar profundo que predomina na sociedade brasileira? Um progressivo rebaixamento do nível tradicional de vida dos trabalhadores. Os trabalhadores estão vendo a sua condição de vida se deteriorar, com reversão do processo de contração da pobreza, aumento violento da desigualdade, arrocho salarial generalizado. É uma crise social profunda. Depois de 2014, o número de desempregados aumentou em mais de 6 milhões, o que é praticamente a força de trabalho venezuelana. É dentro desse cenário que surge a crise política brasileira. Esta é a crise da Nova República, uma crise terminal. Ou seja: aquele pacto de governo feito na transição da Ditadura Militar para o Estado de Direito entrou em crise, e ela é terminal.

O que dizia a “Constituição Cidadã”? No papel, dizia: “Vocês têm aqui um marco jurídico para lutar

pela cidadania. Então daqui a quarenta anos, se vocês lutarem, chegaremos na Suécia”. Mas o que o país real entregou? Entregou para 85% da população o Haiti. É essa contradição profunda entre o que se promete e o que se entrega que foi para a rua em junho de 2013. O povão foi para a rua com o programa da Constituição brasileira debaixo do braço, pedindo políticas sociais “padrão FIFA”, pedindo que se cumprisse realmente aquilo que se prometia. Como a burguesia reagiu a isso? Retirando as migalhas que haviam sido dadas para o povo. Ali se quebra o pacto que foi montado em 1988. Quebra-se porque para o povo a democracia ficou inócua: ele vota, vota, vota, e os seus problemas fundamentais não são resolvidos.

O problema fundamental do povo é a segregação social que marca a sociedade brasileira. Isso não foi nem tocado. Para o povo, para o trabalhador, a democracia era inócua, e ele não foi à rua para defender a democracia. Para os de cima, a democracia se transformou numa coisa espúria porque, num cenário de crise econômica e social, no qual o remédio do capital é jogar todo o ônus da crise nas costas dos trabalhadores, aquela pequena brecha de soberania popular se tornava uma coisa perigosa — e aí começam os golpes.

O primeiro golpe é o da Dilma, que ganhou a eleição dizendo que não ia fazer ajuste nem que a vaca tossisse e fez o ajuste. Pôs o Joaquim Levy lá para fazer o ajuste e começar um processo do qual é difícil sair, porque uma vez que você entra nessa lógica é difícil sair dela.

E vieram os outros golpes. Do-brando a meta veio o [ex-presidente Michel] Temer, com a “Ponte para

o Futuro” — que na verdade aponta para o século 19, para fazer com que o Brasil se transforme numa espécie de megafeitoria moderna. Depois, numa mudança de qualidade, uma metástase, vem o Bolsonaro.

Essa é a crise política brasileira. Por trás da crise da Nova República está a impossibilidade do capitalismo brasileiro de resolver os problemas fundamentais do povo. O capitalismo brasileiro é um capitalismo dependente. Qual é a galinha dos ovos de ouro do capitalismo brasileiro? Salário baixo. E como é que se consegue salário baixo? Mantendo um mar de pobreza, que não é um resíduo nem um desleixo da classe dominante. O mar de pobreza é funcional para que esta sociedade possa funcionar desse jeito.

Há uma contradição entre o que é a realidade objetiva e o que é a formalidade da Nova República, e é isso que condiciona a luta política no período posterior a 2013-14. A solução do capital para a crise econômica é o ajuste, [que] no curto prazo é recompor a taxa de lucro, custe o que custar: fazendo arrocho salarial, criando negócios para o capital, privatização, reforma da Previdência e fomentando o rentismo. Toda a política econômica é subordinada à administração da sustentabilidade intertemporal da dívida pública — para usar um termo de que eles gostam. A solução econômica para a crise é o neoliberalismo selvagem: uma ofensiva sobre o trabalho, uma ofensiva sobre o meio ambiente, uma ofensiva sobre as políticas sociais, uma ofensiva sobre a soberania nacional. Este é o programa do capital, que eles chamam de “Ponte para o Futuro”, que na verdade joga o Brasil no passado.

“A solução burguesa para o novo é a tradicional brasileira: de cima para baixo, autoritária. Essa solução encarnou no Bolsonaro, porque Bolsonaro falou: ‘Eu sou o novo’. É uma ironia: chama o capitão do mato, ele se apresenta como o novo e transforma isso numa consigna: intervenção militar pelo voto”
(Plínio)

Para a crise social, qual é a solução? Nisso o presidente chileno foi muito objetivo. Você decreta uma guerra aos pobres, criminaliza-se o movimento social, criminaliza-se a política e se aterroriza a população com uma guerra aos pobres travestida de guerra às drogas. Na política, o que está morrendo é a Nova República, aquele fiapo de democracia que foi conquistado pelo povo na transição da Ditadura para o Estado de Direito. E há uma luta do velho com o novo: o velho resiste à morte. Quem mata? A Lava Jato. Quem resiste? O partido do “salvem-se todos”. Mas há uma segunda luta: o que colocar no lugar do velho? Essa é a disputa do novo. A solução burguesa para o novo é a solução tradicional da burguesia brasileira: de cima para baixo, autoritária. Esta solução encarnou no Bolsonaro, porque Bolsonaro falou: “Eu sou o

novo”. Que é uma ironia: chama o capitão do mato, ele se apresenta como o novo e transforma isso numa consigna: *intervenção militar pelo voto*. A vitória do Bolsonaro representa o colapso definitivo da Nova República. Ganhou a violência como política de Estado, como solução para os problemas nacionais. [Mas] não é verdade que o país está degradingolando com a chegada do Bolsonaro: o Brasil está degradingolando há muito tempo. O processo de reversão neocolonial não é de hoje, vem de longa data. Para pegar a crise do meio ambiente: nos últimos vinte anos, antes do Bolsonaro chegar, o debate entre os cientistas que estudam a devastação ambiental no Brasil é se a área de floresta destruída foi equivalente ao território do Uruguai, do Paraguai ou da Alemanha. Ou seja: já vinha tendo devastação. Claro que há uma mudança de qualidade com a chegada de Bolsonaro: o desmanche da nação vira uma política de Estado. Bolsonaro é a turma da marreta: vai pôr no chão, vai desmantelar. O que mudou na questão ambiental? É que existia uma espécie de ecocapitalismo, montado pela Marina [Silva] no governo do Lula, a chamada governança ambiental. Quando você desmonta a governança ambiental, a devastação fica selvagem, incontrolável. No fundo, o que está acontecendo no Brasil há um bom tempo? Uma reversão neocolonial. Estamos solapando as bases de um Estado nacional. Na economia, é a desindustrialização. Na burguesia, é a desnacionalização. No trabalho, é a precarização das relações de trabalho. No território, é a crise federativa

profunda. No Estado, é o desmonte do Estado. Na cultura, é a crise da identidade cultural. É um processo que vem de longe. É importante a gente ter claro isso. Por exemplo: neodesenvolvimentismo do Lula. É o neodesenvolvimentismo “Michael Jackson” — aquela dança lunar, parece que vai para a frente, mas na verdade vai para trás. É o único neodesenvolvimentismo que termina com forças produtivas mais simples e regredidas do que no início. O processo é uma longa decadência. Não é só no Brasil, é em toda a periferia latino-americana. Várias outras, para não ficar na América Latina. A chegada do Bolsonaro representa um salto de qualidade neste processo de colapso da nação. Isto é importante para a gente ter uma noção da gravidade do momento histórico. Estamos num momento em que é urgente deter isso — não há tempo [a perder]. Então a estratégia “vamos cozinhar o galo no fogo brando, vamos ‘sangrar’ o Bolsonaro e esperar até 2022” — precisa ver se o país chega inteiro até 2022. Não estamos numa normalidade: estamos numa anormalidade. Digo isso para chegar nos problemas da esquerda.

Primeiro temos que fazer a distinção clara entre a esquerda “da ordem” e a esquerda “contra a ordem”. O que é a esquerda da ordem? É aquela que aceita e que não questiona os parâmetros da ordem, que não coloca como prioridade a necessidade de transformação das estruturas, a que atua dentro do horizonte da miséria do possível. Essa esquerda tem que ter bom comportamento, senão é tirada da ordem. A função dela é legitimar a ordem e criar ilusões.

Quando na oposição, o básico do seu papel é desmobilizar o povo, tirar o povo da rua e canalizar tudo para negociações dentro do Parlamento. Como dizia Florestan Fernandes, a nossa democracia é restrita à plutocracia, mas pode ser mais ampla: ela funciona como uma sanfona e pode ser ampliada e estreitada. Agora ela está, evidentemente, se estreitando, e essa esquerda da ordem está sendo manejada, empurrada, para a direita. Não tenho nada a falar sobre essa esquerda, como ela vai operar, como ela tem que se comportar.

Quero discutir qual vai ser a tarefa da esquerda contra a ordem. A tarefa da esquerda contra a ordem é mudar a ordem. Primeiro ela tem que ter um programa que vá além do “melhorismo”, que é uma espécie de “eu sou o menos pior”. Um programa que não venda a ilusão de que é possível resolver os problemas do povo brasileiro sem enfrentar as causas dos problemas, a segregação social, o imperialismo. Isso quer dizer, no fundo, ir além do PT e ir além do lulismo. Temos que colocar na ordem do dia a mudança, porque é isso que leva o povo para a rua. Esta é a função da esquerda brasileira: ter um programa para sair dessa enclacrada de uma democracia “me engana que eu gosto” e de um modelo econômico absolutamente elitista e concentrador de renda — que concentra mais na crise, mas concentra também no neodesenvolvimentismo.

É preciso ter um programa e uma organização compatível com o programa. Se a função da esquerda é mudar a ordem, a tarefa das organizações de esquerda é construir força política para mudar a ordem. E como

é que muda a ordem? Com o povo na rua. Tudo o que não pode quando o povo não está na rua pode quando o povo vai para a rua. A gente está assistindo a isso a olho nu no Chile [N.R.: vide p. 58]. Tudo o que não podia, de repente, mesmo dentro dos parâmetros da ordem, o [presidente Sebastián] Piñera diz agora que pode. Para construir força para mudar, é preciso construir consciência de

classe e fugir da armadilha institucional, que é a prática do programa do PT: mobiliza, mobiliza, mobiliza [e] joga tudo para as instituições; negocia lá por cima e acomoda.

No fundo, o desafio da esquerda é disputar o novo. A burguesia tem uma resposta para os problemas do Brasil, que é o neoliberalismo selvagem. O efeito é reversão colonial, colapso da nação. Para a população,

isso significa barbárie. Nós temos que ter resposta à barbárie, e essa resposta passa por um outro modelo, por uma outra política econômica, e isto supõe uma ruptura profunda com a ordem. É isso que tem que ser colocado para que a gente possa abrir um outro debate na sociedade brasileira, e não ficar circunscrito em um debate que nos condena à miséria do possível.

ISABELA KALIL

“O bolsonarismo se caracteriza, numa definição inicial, como um processo no qual adversários políticos são inimigos, e para esses inimigos cabe tudo — no limite, até a morte. Outra característica: no imaginário representado pelo Bolsonaro o futuro é distópico e o passado é glorioso”

Vou falar, do meu lugar como antropóloga, sobre como o bolsonarismo funciona a partir da perspectiva etnográfica, do trabalho de campo e de uma pesquisa que vem sendo feita desde 2016. A primeira coisa que eu perguntaria é: afinal de contas, o que é o bolsonarismo? O bolsonarismo

tem simetrias com o que definimos, do ponto de vista acadêmico, como o lulismo? E, da mesma forma que podemos perguntar se Lula é maior que o lulismo ou se o lulismo é maior do que Lula, podemos também perguntar se o bolsonarismo é maior do que Bolsonaro. Temos uma série de questões para pensar o que seria o bolsonarismo.

Num dos áudios vazados agora nessa guerra interna do PSL [N.R.: referência a gravações divulgadas nas quais o então líder do Partido Social Liberal, Delegado Waldir, diz que poderia “implodir o presidente” — o deputado acabou substituído na liderança do partido por Eduardo Bolsonaro], um dos deputados diz que Bolsonaro tem um desafio: primeiro, o de “manter o bolsonarismo”, nas palavras dele, e segundo, fazer alianças com o Congresso. Isso me parece uma espécie de dilema: continuar em campanha eleitoral ou fazer de fato aquilo que a gente considera como política — alianças etc., enfim: não tratar adversários políticos como inimigos.

Esse é o ponto: numa definição inicial — estamos no desenvolvimento da pesquisa e essa é uma questão em aberto — o que temos chamado de bolsonarismo se caracteriza como um processo no qual adversários políticos são inimigos, e para esses inimigos cabe tudo — no limite, até a morte. Utilizamos nesse trabalho em equipe de 2016 a 2019 uma metodologia que temos chamado de mapeamento de controvérsias. Esse mapeamento foi realizado a partir de protestos e manifestações de rua — desde Marcha da Maconha e marcha pedindo o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) até terraplanismos, intervenção militar e coisas relacionadas a videogames. Ouvimos os atores para tentar entender o que eles definem como bolsonarismo, mesmo que não o enunciem diretamente assim.

Ao longo da pesquisa, vimos que isso que hoje chamamos de bolsonarismo não tinha esse nome e nem era materializado na própria figura

do Bolsonaro. A figura do Bolsonaro funcionou como uma espécie de ímã, de catalisador de anseios, questões e controvérsias que já estavam colocadas na rua. De alguma maneira ele conseguiu fazer uma espécie de bricolagem; literalmente um caleidoscópio, que foi a imagem que utilizamos do ponto de vista analítico, com fragmentos de diferentes coisas.

Esse parece ser um dos grandes desafios e uma das dificuldades para definirmos o bolsonarismo. Mesmo a ideia de que com Bolsonaro estamos vivendo um governo neoliberal tem algumas complicações. Um bom exemplo desse caleidoscópio é a questão da viagem à China [realizada em outubro de 2019]. Se a gente imaginasse, em 2018, que Bolsonaro como presidente tentaria estreitar relações diplomáticas e comerciais com a China, isso soaria absurdo. Nesse caleidoscópio, dependendo do momento, muito seletivamente, pode haver regulação ou desregulação da Petrobras, por exemplo, ou pertencimento ou não ao PSL. Uma das dificuldades para entender que imagem vemos quando olhamos para isso que estou chamando de bolsonarismo é que esse caleidoscópio não é estático e muda muito rapidamente do ponto de vista político, de acordo com diferentes interesses do momento.

Numa pesquisa que realizamos, com resultados até 2018, conseguimos montar um quadro de diferentes perfis de apoiadores do Bolsonaro. Falo apoiadores e não eleitores porque entrevistamos pessoas que não tinham idade mínima para votar, mas que viam na figura do Bolsonaro uma espécie de ídolo, in-

clusive extrapolando o seu lugar como candidato e como político. Esses diferentes perfis nos ajudaram a pensar esse caleidoscópio e o que seria esse quadro fragmentado.

Para dar um exemplo, em relação à questão da gestão da violência identificamos grupos de pessoas que pediam que o Estado fizesse a gestão da criminalidade e da violência; outros que achavam que a iniciativa privada faria isso muito melhor que o Estado, porque o Estado teria falido e seria incompetente nessa área; e um terceiro grupo, majoritariamente formado por homens, que dizia: “Nem Estado nem iniciativa privada. Quero armas e vou eu mesmo cuidar da gestão da criminalidade e da violência”.

São diferentes figurações desse caleidoscópio que identificamos a partir de 16 perfis, que na verdade são mais uma tipologia para pensar do que pessoas vivendo na realidade. Vou trazer alguns pontos a partir desses elementos do caleidoscópio.

Para começar, chamou muito a nossa atenção que já em 2016 ouvíamos o lema “Meu partido é o Brasil”. É um lema que ficou muito conhecido — nas imagens do Bolsonaro sendo esfaqueado [na campanha eleitoral de 2018], ele está usando uma camiseta que diz isso. Em 2019, ao fazer etnografia em protestos e manifestações públicas, passamos a ver um outro lema crescente, com a substituição do “Meu partido é o Brasil” para “Meu partido sou eu”. Nas entrevistas ficou claro que os partidos políticos, naquele contexto, já não eram mais necessários. É uma espécie de segundo momento desse caleidoscópio, no qual a própria exis-

tência institucional de partidos políticos já era vista como desnecessária. Em março e abril isso parecia algo muito pequeno, mas se pensarmos nas disputas e questões envolvendo agora o PSL faz muito sentido.

Outra característica é a de que na campanha de 2018 houve, e continua havendo, a mobilização de uma espécie de “devir revolucionário reverso”. O que seria isso? Enquanto, por exemplo, nas campanhas do Lula havia a mobilização de uma imaginação política na qual a utopia está num futuro melhor, no caso do imaginário representado pelo Bolsonaro ocorre o contrário: o futuro é distópico e o passado é glorioso. Daí vêm as iniciativas, falas e posições, por exemplo, de voltar a 1964, ao tempo da Ditadura, mesmo de voltar ao Brasil monarquista ou, no limite, voltar às Cruzadas, o que alguns grupos minoritários apontam.

“Günther Jakobs fala do ‘direito penal do inimigo’, a ideia de que uma nação deve ter dois direitos penais: um para o cidadão que tem uma postura considerada correta pelo Estado — e outro para o inimigo. Esse inimigo se traduziria como o ‘terrorista’ e pode ser qualquer pessoa”
(Isabela)

Outro elemento, também importantíssimo, é a noção, a ideia e o conceito de pessoa, termo muito caro para a antropologia. Há uma mobilização, dentro dessa perspectiva, de uma noção muito específica e muito seletiva de pessoa — sucintamente, é a ideia de que a sociedade brasileira passasse, do ponto de vista de política de Estado, a operar agora com pessoas e não-pessoas. Teríamos então grupos que não mereceriam, por exemplo, a Constituição: ela não seria destinada a todos, mas apenas a uma parcela da população.

Claro que isso não é uma novidade, é algo que marca a história do Brasil. Mas agora, abertamente, isso vira uma política de Estado. É uma característica que lembra bastante um autor alemão, Günther Jakobs, que vai falar do *direito penal do inimigo*, ou seja: a ideia de que uma nação deve ter dois direitos penais, um para o cidadão que tem uma postura considerada correta pelo Estado — e qualquer relação com a ideia de “cidadão de bem” não é mera coincidência — e outro para o inimigo.

O que é problemático é que esse inimigo, que vem sendo produzido desde os anos 1980, se traduziria como o “terrorista”, e esse “terrorista” pode ser qualquer pessoa. Pode ser movimentos sociais, partidos considerados de esquerda, ONGs, populações indígenas. É a ideia de se criar um inimigo que precisa ser combatido, inclusive com violações de direitos, porque o inimigo não merece o mesmo código penal. Esses são os três principais eixos. Eu também destacaria questões relacionadas com essa combinação: militarização da vida cotidiana; instru-

mentalização dos movimentos sociais considerados de direita, que vão para as ruas quando se define um inimigo — principalmente os que se formaram em 2016, [para] estabelecer uma espécie de clamor para pressionar o STF; uma forma específica de comunicação, que passa pelo uso de plataformas privadas como o Twitter; uma noção específica de família, já que o que chamamos de bolsonarismo não se resume à figura do Bolsonaro mas se estende à família, inclusive com filhos tendo atribuições que não seriam de forma alguma possíveis dentro de um certo decoro que se esperaria de um presidente.

Há também um certo tipo de relação entre público e privado; o fato de criar a sua própria oposição; a atuação de grupos que são mais do que eleitores, mas apesar de não estarem dentro da estrutura do Estado atuam como uma forma tanto de manter essa tensão constante com os chamados inimigos quanto para operar do ponto de vista da comunicação como milícias virtuais; uma forma de apropriação muito seletiva da religião. É uma das coisas que eu tenho feito a crítica, porque a gente tem tentado encontrar uma resposta muito fácil, muito mais simples do que de fato é, à ideia do uso das religiões evangélicas. Ainda que alguns autores apresentem a noção de *evangelização da política*, muito produtiva, é uma noção seletiva. Tem um uso muito seletivo da religião, vinculado inclusive à noção de corrupção: uma corrupção não apenas envolvendo o uso indevido de recursos financeiros, por exemplo, mas também corrupção moral — por exemplo a “ideologia de gênero”. É uma noção

que tem fundo religioso e que está para muito além da questão específica de Estado em si ou da atuação de partidos, movimentos sociais: passa pela ideia de que determinadas condutas são consideradas corruptas, no sentido moral.

Há também negacionismo climático, revisionismo histórico, posições antigênero, o apelo a uma posição antissistema, que a gente vê introduzida como a ideia de uma nova política *versus* uma velha política. E por fim a própria negação da política: a frase “Meu partido sou eu” por si só é a negação da política.

Para muito além dessa ideia, que já é uma exacerbação do “Meu partido é o Brasil”, me chama muito a atenção uma frase dita pelo presidente recentemente: “Estou sim reduzindo o espaço democrático da esquerda”. Ou seja, parte-se da ideia de que existem dois espaços democráticos: um espaço democrático da esquerda e um da direita. Isso de alguma forma resume as dificuldades que temos tanto do ponto de vista analítico quanto de pensar formas de resistência.

Como responder a isso, uma vez que as regras agora são colocadas de outra forma, fora do campo da política? Acredito que as saídas devem ser institucionais. Não creio que a saída mais realista, pelo menos no momento, não seja institucional. Mas temos um desafio muito grande. Teremos que fazer muita pesquisa e provavelmente muito trabalho de campo para entender o que é o bolsonarismo. Olhando apenas a comparação entre 2018 e 2019, vemos uma mudança grande de posição e novas configurações desse caleidoscópio.

“Bolsonaro foi solução para os partidos políticos tradicionais, que fizeram o impeachment em 2016. Solução para o partido do Judiciário. Para o partido da mídia oligopolista e para a cúpula das Forças Armadas e as polícias militares e civis. Para a extrema-direita. Para o grande capital”

É bom esclarecer que, além de professor de Relações Internacionais na UFABC, também sou dirigente nacional do PT e da executiva nacional da campanha “Lula Livre”, para que se saiba de que lugar falo.

Aceito a ideia de que temos uma crise política, como diz o título do debate, mas considero isso em termos. Em primeiro lugar, vivemos uma crise mundial, que em parte é uma crise de acumulação e em parte tem a ver com uma disputa de hegemonia entre Estados Unidos e China — um ambiente internacional de crises e que vai acumulando material para guerras, rupturas, e se a gente tiver sorte, revoluções.

Essa crise mundial se entrelaça com crises regionais e com crises nacionais, as mais variadas. No Brasil, estamos vivendo a crise

do modelo que se convencionou chamar de neoliberal, aquele que substituiu o modelo que se convencionou chamar de desenvolvimentista, entre 1930 e o final dos anos 1970. Junto com essa crise, que é de acumulação e de padrão de modelo econômico, há também uma crise do regime de 1988. Nenhuma força política e social aceitou 1988, a verdade é essa. Fala-se de pacto, pacto, pacto... Mas a primeira resposta a esse pacto foi o PT votando “não” no momento de votação final da Constituição de 1988, e o [então presidente] José Sarney declarando o país ingovernável com aquela Constituição. Não houve pacto. Desde aquele momento até hoje há uma disputa sobre o que é ou não aplicável, e o que estamos vivendo hoje tem relação direta com isso.

A segunda questão é sobre Bolsonaro. Não considero que Bolsonaro fosse uma solução inevitável para essa crise que acabei de descrever: ele era uma das soluções possíveis. Mas se converteu, ao longo de 2018, na solução de um amplo espectro de forças políticas. Em primeiro lugar, Bolsonaro foi a solução para os partidos políticos tradicionais, que fizeram o *impeachment* em 2016. Ele foi a solução para o partido do Judiciário, especialmente para a fração lavajatisista. Foi a solução para o partido da mídia oligopolista e para os setores médios tradicionais, que a gente apelidou carinhosamente de “coxinhas”, e que saíram às ruas lou-

camente nos últimos anos. Também foi a solução para a cúpula de várias igrejas e para o “partido militar”. O “partido militar” — a cúpula das Forças Armadas e as polícias militares e civis — foi quem vertebrou a campanha do Bolsonaro no início de 2018.

Ele foi a solução, evidentemente, para a extrema-direita e para os grupos milicianos. Foi a solução para o grande capital, e continua sendo visto por parcelas importantes do grande capital como alguém que está entregando o que prometeu. É por isso que falo que tem que se tomar cuidado com a expressão “crise política”, porque não está havendo hoje no Brasil uma situação em que o poder esteja ameaçado. Pelo contrário, há um programa sendo implementado com toda a tranquilidade. Acabou-se de aprovar a reforma da Previdência e uma lista de coisas que todo mundo aqui conhece. E, por fim, o Bolsonaro também construiu-se como a solução para dois governos que interferiram aberta e diretamente no processo eleitoral brasileiro: dos Estados Unidos e de Israel, que forneceu inteligência militar para a sua campanha.

Ele foi a solução por conta de um processo que precisa ser historiado para a gente compreender em que ponto estamos. Esse processo começa na crise de 2008, que é um marco: ela mudou a postura do grande capital frente aos governos do PT, mas não mudou a postu-

ra do PT frente ao grande capital.

Vivi isso pessoalmente na discussão sobre o programa de governo da campanha da Dilma Rousseff de 2010, em que havia duas posições na comissão de programa. Prevaleceu a posição daqueles que diziam que o primeiro mandato da presidenta Dilma transcorreria no mesmo cenário do segundo mandato do presidente Lula [2007-2010]. E perdeu na comissão de programa a posição que dizia que o primeiro mandato da presidenta Dilma transcorreria num cenário completamente diferente e, por isso, haveria de se ter um programa completamente distinto, com ênfase nas reformas estruturais.

Foi feita uma opção naquele momento — equivocada, absolutamente equivocada. O PT não mudou a postura frente ao grande capital no momento em que o grande capital havia mudado completamente a sua postura frente ao PT. Isso foi se materializando entre 2011 e 2014, no zigue-zague que foi o primeiro mandato da presidenta Dilma, e na campanha de 2014.

Entretanto, o PSDB não foi capaz de impor uma derrota ao PT em 2014, em grande medida porque houve um levante da esquerda democrática e popular no país, que no segundo turno se mobilizou. Diante da derrota, a posição do PSDB foi de ir para o golpe. Isso se materializou no processo de *impeachment* e na condenação e prisão do presidente Lula. Até aquele momento, Bolsonaro não era um ator relevante na disputa política, embora a extrema-direita tivesse sido convocada pelos partidos de centro-direita para criar número e volume

na mobilização pelo golpe e pelo *impeachment*.

Apesar de ter ocorrido tudo isso, nas eleições de 2018 Fernando Haddad mostrava que tinha capacidade para ir ao segundo turno, o que aconteceu. É nesse contexto que o Bolsonaro se torna um personagem relevante. Há um esvaziamento das candidaturas de centro-direita, especialmente a do [Geraldo] Alckmin (PSDB), que era quem tinha mais potencial. E Bolsonaro se converte na alternativa daquele leque imenso de forças que citei.

Quando chega ao governo, Bolsonaro expressa várias coisas, como o programa ultraliberal do grande capital brasileiro e o programa da extrema-direita, que, embora seja numericamente pequena no país, tem um enorme potencial militante. Bolsonaro também expressa eleitoralmente, politicamente e ideologicamente setores populares.

Esse é o elemento que devemos olhar com muita atenção: setores populares que foram alienados em 2015 pela opção desastrosa adotada não pela presidenta Dilma, mas pela maioria do PT. No congresso do partido em 2015 prevaleceu, com 55% a 45%, a posição de recusar uma resolução que pedia a demissão do Joaquim Levy.

Houve setores populares alienados, no sentido de entregues a opções conservadoras, uma vez que o efeito social daquela política foi muito desastroso. E houve setores populares que nunca foram ligados ao PT ou que em algum momento votaram nas candidaturas do PT, mas que foram ganhos por um discurso da teologia da prosperidade e do empreendedorismo popular.

Curiosamente, vários desses setores eram beneficiários de políticas sociais adotadas pelos governos Lula e Dilma. O que mostra o óbvio: sem luta política, sem conscientização política, as políticas sociais não significam uma variável importante.

Destaco, mais uma vez, que Bolsonaro também será expressão de um projeto absolutamente atual e conectado, em primeiro lugar, com o Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras, que formulou nos últimos anos um lugar para o Brasil e para as Forças Armadas na ordem. E, em segundo lugar, conectado com a direita global. Muitas vezes há um discurso estranho em setores da esquerda que desqualificam Bolsonaro pelo seu caráter cavernícola — e ele é cavernícola, mas tanto quanto a extrema-direita europeia e estadunidense. Essa ênfase de se apresentar como candidato da antipolítica, aquele que critica as instituições e o *establishment*, é paradoxal para alguém que foi deputado por 28 anos e é produto de um dos aparatos mais tradicionais do Estado brasileiro, que são as Forças Armadas.

Mas ele construiu e ganhou legitimidade em alguns setores com esse discurso — que não é, insisto, particular dele. A extrema-direita europeia usa e abusa desse discurso antipolítica, *antiestablishment*, *antiinstituições*. E faz isso porque a esquerda europeia — como uma parte da esquerda brasileira — abriu espaço para que isso pudesse ser feito. A esquerda brasileira, em algum momento dos últimos anos, foi profundamente *antiestablishment* e canalizava esse sentimento da “crítica a tudo isso que

está aí”. À medida que a esquerda brasileira começou a se normalizar, e como o país não melhorou na mesma velocidade que a esquerda se normalizava, restaram setores da população órfãos, no sentido de não encontrarem quem atacasse essa ordem iníqua e essas instituições que prevalecem no Brasil. Bolsonaro aproveitou-se da ausência, na disputa, do Lula, que simbolicamente ocuparia esse espaço.

Entendo então que é correto falar em crise por três motivos. Primeiro, porque a situação internacional não favorece a política adotada aqui, que causa todo tipo de ruído. Mesmo um governo pró-EUA até o último fio de cabelo é obrigado a fazer algum tipo de gesto em relação à potência ascendente. Um país como o Brasil ser submetido a esse nível de regressão, neste cenário internacional, é um fator de tensão permanente.

“Tem que ser recolocado o tema do socialismo. Ou a esquerda brasileira supera o keynesianismo e republicanismo liberal-democrático ou vamos viver sempre este tipo de *looping*. A maior parte da esquerda brasileira é keynesiana e republicano-liberal-democrática”
(Valter)

O segundo elemento é a própria dinâmica da economia nacional. Aquele projeto que se vendeu, de uma rápida recuperação através de uma ultraliberalização, não apenas não está ocorrendo como seus efeitos nos vizinhos estão ocorrendo mais rápido. E o terceiro elemento — o principal, na minha opinião — é que há uma divisão na coalizão golpista sobre até onde ir. Eles têm acordo naquilo que já foi dito aqui, que é eliminar os setores populares como protagonistas autônomos, mas não têm acordo em relação ao restante da ópera. A extrema-direita quer fazer tábula rasa da Constituição de 1988. O que significa dizer: levar o projeto “lavajatista/cúpula militar” até o fim, enquanto que os setores tradicionais da direita não querem. É uma disputa entre o “Estado Novo”, que o Bolsonaro disse que quer criar — ele disse: “Eu vim para desconstruir” — e a posição convencional da centro-direita.

Quais são os cenários? Três, na minha opinião. O primeiro é que esse projeto do ultraliberalismo de extrema-direita seja levado até o fim, com um rebaixamento ainda mais brutal do que o normal do peso do trabalho na divisão da renda nacional; uma redução ainda maior do que o normal das liberdades democráticas — para o movimento sindical, os movimentos populares, para as ideias de esquerda, para a participação eleitoral dos partidos de esquerda; e a consolidação desse realinhamento do Brasil com os Estados Unidos

na esfera internacional. Esse é um cenário de vitória das posições de extrema-direita, reeleição do Bolsonaro em 2022 e consolidação de um “Estado Novo”, ultraliberal e de extrema-direita.

Um segundo cenário, já citado aqui, é de prosseguir o ultraliberalismo sem o Bolsonaro, sem o bode na sala. Esse é um projeto que tem chance de vingar. A centro-direita está operando no sentido de cooptar setores da esquerda e de isolar o Bolsonaro como alguém desnecessário. Porque, afinal de contas, frente a uma esquerda que não está conseguindo impor uma resistência, para que a violência oposta? No fundo, o que a centro-direita está dizendo é isto: o Bolsonaro se preparou para uma guerra civil, mas uma parte dos exércitos não compareceu, então não é necessário esse nível de belicosidade. A centro-direita, que busca alianças no centro e à esquerda, opera para construir uma alternativa ultraliberal. Quem comandou a aprovação da reforma da Previdência no Congresso Nacional foi o Rodrigo Maia [presidente da Câmara dos Deputados], não a liderança do governo Bolsonaro nem o Paulo Guedes.

O terceiro cenário possível é o da ruptura popular. Eu não acredito que a esquerda volte a governar através de eleições normais à la 2002. Esse cenário, na minha opinião, está descartado. A esquerda pode voltar a governar o país e ganhar eleições, mas só haverá um cenário desse tipo se ele for acompanhado de uma ruptura popular.

Quais são as chances de isso ocorrer? De um lado, o combustível está se acumulando, porque o grau de desigualdade social é visível e crescente. De outro, há freios importantes que precisam ser considerados e que limitam as possibilidades de uma ruptura popular. O primeiro é que a direita se capilarizou muito na sociedade brasileira. Hoje a direita é mais capilarizada do que era há 20 anos.

Em segundo lugar, o nível de institucionalização da esquerda é proporcional e inverso. Eu falo “institucionalização da esquerda” e vou dar aqui três exemplos. O governador Rui Costa, da Bahia, que diz: “OK, a reforma da Previdência é razoável. Não me opus a ela. O PT se opôs, eu não”. O PCdoB votando a favor do acordo da Base de Alcântara [MA] em troca da expectativa de investimentos. E essa figura muito combativa e importante que é o nosso amigo Marcelo Freixo [PSOL-RJ] fazendo uma nota por escrito para dizer que a ação da polícia do Witzel contra aquele sequestrador do ônibus foi tecnicamente adequada. Leiam essa nota, é assustadora.

Então não é apenas o PT. Se fosse só o PT, estaríamos menos mal. Mas há um processo de institucionalização muito grande ligado ao fato, como já foi dito aqui, de que uma parte da esquerda imagina que a derrota dessa operação ultraliberal será feita, mais ou menos, como foi a derrota do neoli-

beralismo sob FHC em 2002. E não será, dados o grau de retrocesso e a situação geral do país.

Encerro com “pílulas”. Primeiro, é um erro qualquer tipo de frente ampla com setores de centro-direita ultraliberais. A esquerda tem que construir uma frente popular, e só dá para construir uma frente popular com musculatura com o PT — contra o PT ou sem o PT não tem musculatura.

Em segundo lugar, sou favorável a que as pessoas falem “Fora Bozo” o quanto elas quiserem. Como já foi dito aqui, nós temos que disputar o conteúdo porque a luta contra o governo Bolsonaro tem que ser levada com toda radicalidade — tem que ser “Fora a coalizão golpista” e novas eleições.

Terceiro: a campanha pelo “Lula Livre” é uma bandeira democrática, não é o centro da tática. Quarto: a estratégia da esquerda brasileira tem que ser da ruptura popular. Qual é o lugar que as eleições vão ter nesse processo? Subordinado. Que centralidade tática poderão ter? Depende.

Quinto: temos que defender um programa que tenha entre seus temas fortes estatizar o capital financeiro, sem o que não tem saída para a economia nacional, e reindustrializar pesadamente o país. Temos que recuperar e dar ao Estado um papel-chave: um Estado organizado e controlado pelos setores populares. E tem que ser recolocado na mesa o tema do socialismo como parte do programa da esquerda brasileira,

como era no final dos anos 1970 e início dos anos 80. Não existe saída democrático-popular-nacional no Brasil sem retirar a classe dominante dos instrumentos de poder e do controle da economia.

Sexto: do ponto de vista do debate teórico, ou a esquerda brasileira supera o keynesianismo e o republicanismo liberal-democrático ou vamos viver sempre este tipo de *looping*. A maior parte da esquerda brasileira é keynesiana e republicanoliberal-democrática.

Quantas vezes eu ouço, de presidentes de partidos à esquerda do PT — ouvi do presidente do PSOL — frases do tipo: “A nossa luta é por resgatar a Constituição de 1988”. Esse é o nosso limite? Por fim, está certo quem falou aqui que não tem solução para um país como o Brasil sem algum tipo de ruptura revolucionária. Não acredito em uma saída institucional que favoreça a maioria.

Alguém sempre me pergunta nessas horas: “Mas e o PT?” Eu peço ao PT o mesmo entusiasmo juvenil que muitos de nós temos quando a gente vê o Partido Trabalhista do Reino Unido, agente do imperialismo, do neoliberalismo e cúmplice dos momentos neoliberais recentes, agora dirigido por Jeremy Corbyn, ou o Bernie Sanders, do Partido Democrata dos Estados Unidos. Ou a anistia que tantos dão ao peronismo na Argentina. Então eu peço que seja dado ao PT também esse benefício da dúvida.

HENRIQUE CARNEIRO

“Em 2002 foi adotada a ‘Carta ao Povo Brasileiro’, em que se prometia adaptação programática ao rentismo financeiro. O núcleo do grande capital não apenas foi poupado, mas se tornou beneficiário do ciclo petista, algo reconhecido com orgulho pelo próprio Lula”

Não sou um analista debruçado de forma sistemática sobre o tema da conjuntura. Sou historiador e me considero um ativista, um militante dentro de uma corrente que busca reconstruir a organização revolucionária dos trabalhadores em escala internacional, que é a corrente trotskista. Militei muitos anos no PSTU [Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado] e atualmente estou no PSOL.

Para discutir a conjuntura brasileira precisamos levar em conta, em primeiro lugar, os sujeitos sociais que estão em confronto. Então caberia aqui uma análise do significado do bolsonarismo e dos setores sociais que hoje confluíram nesse governo e, de outro lado, a análise do campo da esquerda. Nesse campo há um elemento de enorme importância que é a análise do PT.

Antes, porém, quero mencionar o que ocorre no Chile, porque no dia de hoje está sendo realizada talvez a maior manifestação política da história do país. Se estivéssemos fazendo esse debate há uma semana, poderíamos dizer que o Chile era um dos exemplos de projeto neoliberal bem-sucedido, que contou com a parceria de um partido muito semelhante ao PT, que foi o Partido Socialista (PS) da Michelle Bachelet, que alternou durante dois mandatos outros dois mandatos com o Sebastián Piñera. No Chile o voto não é obrigatório e menos de 50% da população chilena participou das últimas eleições, o que mostra que a via que se adotou, por iniciativa espontânea, foi a da ruptura, a via anti-institucional. E ainda não se sabe até onde essa ruptura vai chegar.

Precisamos analisar a conjuntura brasileira a partir de um balanço do significado de um dos sujeitos sociais mais importantes nesse processo, que é a constituição do PT. Eu fui fundador do PT e fiquei muitos anos na militância no partido. O PT tem 40 anos de história, dos quais metade, de 1980 até 2002, é uma coisa — e de 2002 até agora é outra.

Em 2002 foi adotada a “Carta ao Povo Brasileiro”, em que se prometia uma adaptação programática ao rentismo financeiro. O núcleo do grande capital não apenas foi poupado, mas se tornou beneficiário do ciclo petista, algo reconhecido com orgulho pelo próprio Lula, que não se cansa de falar que os ban-

queiros e o capital em geral nunca lucraram tanto como na sua época.

Esse processo não foi apenas de redução programática. Ele se combinou com a adoção de alguns programas sociais bem-sucedidos, meritórios, que elevaram o poder aquisitivo das camadas populares do Brasil e elevaram o poder aquisitivo do salário mínimo. Mas isso tudo, ao mesmo tempo, foi feito com uma enorme desmobilização de qualquer iniciativa de resistência popular.

Esse abandono da mobilização social se combinou com um pacto oligárquico que incluiu no bloco dominante todas as oligarquias reacionárias do país. Efetivamente são quase todas, porque o PT se aliou com o Collor, com o Sarney, com o PP... Aliás, lembremos que o Bolsonaro esteve na base do governo lulista durante um bom período, quando o PP também estava. Aliou-se também com o setor que hoje representa talvez essa capilaridade da extrema-direita, do ponto de vista ideológico, e que não surgiu simplesmente pela graça de Deus, mas surgiu pelas concessões de redes de televisão e rádio, em particular, à Igreja Universal do Reino de Deus, que foi parceira carnal do petismo, inclusive ocupando ministérios.

Podemos considerar que a crise que levou à ascensão do bolsonarismo é algo inseparável do processo de esgotamento do PT e do lulismo enquanto fontes de



Intervenção de Henrique Carneiro, entre Valter Pomar e Plínio de Arruda Sampaio Filho

transformação social. Isso não é um acidente histórico exclusivo do Brasil. Tem sido de fato uma espécie de roteiro recorrente das organizações sociais que se propõem a representar os trabalhadores e que são cooptadas, integradas, domesticadas e se tornam cúmplices da dominação, se tornam a “esquerda da ordem” a que o Plínio se referia. Isso ocorreu com o PS francês, com o PS chileno e com uma série de organizações que se tornaram gestoras do capitalismo, levando ao descrédito as suas promessas de transformação social.

Esse processo tem um momento que é uma verdadeira baliza, que é o da ocorrência da maior onda de mobilizações sociais da história brasileira das últimas décadas, uma enorme convulsão social absolutamente imprevisível. É impossível falar da conjuntura atual, da as-

cenção do bolsonarismo e da crise do lulismo sem nos referirmos aos eventos de junho de 2013.

O processo de 2013 se seguiu não apenas ao pacto político-oligárquico com todos os setores da direita tradicional sob o pretexto de se obter maioria para a manutenção da governabilidade, mas se deu em função de um programa comum. A direita se aliou ao PT para garantir a reforma da Previdência, que começou com o lulismo; para garantir a manutenção de uma política fiscal e uma política financeira voltada ao crescimento do rentismo; e também um processo de eleição de grupos da burguesia nacional para serem considerados aliados preferenciais, na condição de “campeões nacionais”, com linhas de crédito no BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] que nunca antes haviam sido concedi-

das nesse volume, o que beneficiou os setores mais predatórios da burguesia exportadora de *commodities*. Isso representa a manutenção do velho arcabouço agroexportador dos países periféricos.

Esse processo todo privilegiou o agronegócio, a devastação ambiental, os megaprojetos, tanto aqueles predatórios ligados ao agronegócio, como a usina de Belo Monte, como os megaprojetos puramente de espetacularização, como os “elefantes brancos” que são os estádios da Copa do Mundo de 2014.

Esse modelo entrou em questionamento em 2013. Seria interessante fazermos o paralelo entre o que ocorre hoje no Chile [e o que ocorre no Brasil]. Lá, a esquerda tradicional se aliou aos movimentos sociais diante da irrupção dessa rebelião espontânea. Talvez a figura mais destacada hoje da esquerda

chilena, o prefeito de Valparaíso, Jorge Sharp, inequivocamente se colocou ao lado dos manifestantes. E nós tivemos a principal figura política do PT, que era o prefeito da maior cidade do país, Fernando Haddad, nosso colega de departamento, na posição de se abraçar com o então governador de São Paulo [Geraldo Alckmin], numa malfadada viagem a Paris, enquanto havia a irrupção do movimento pelo passe livre. Naquele momento começou a haver repressão da PM, e o prefeito falou na repressão da ação violenta que se considerava que provinha dos manifestantes. Não posso me esquecer da malfadada capa da *Folha de S. Paulo* com a foto de um policial sangrando depois de uma pedrada na frente do Tribunal de Justiça, o que justificou a truculência que a polícia adotou a partir de então.

Essa questão é fundamental porque o movimento de 2013 não é um relâmpago em céu claro. Ele é a expressão, no Brasil, de toda a reação internacional que passou a ocorrer nas camadas do precariado mundial contra as consequências de 2008. Não é à toa que ocorre a onda de mobilizações a partir de 2011, como a Primavera Árabe, a ocupação da praça Tahrir [no Egito], depois o movimento da Puerta del Sol em Madri, o Occupy Wall Street em Nova Iorque e uma sequência de movimentos que irrompem numa espécie de contágio epidêmico internacional. Se o movimento de 2011 e 2013 foi contido, hoje ele está sendo retomado no mundo árabe, na Europa e na América Latina, com manifestações em vários países.

“Qual é a grande saída da esquerda? É retomar as nossas raízes de ruptura com as oligarquias, de ruptura com a institucionalidade e de uma perspectiva de transformações sociais efetivas. Essas só vão ocorrer com o protagonismo autônomo de mobilizações que não estão sendo promovidas pela esquerda oficial” (Henrique)

O PT não apenas teve esse processo de adaptação que o levou a se tornar um partido da ordem, se opondo inclusive à irrupção social de 2013, como continua a ter essa mesma política agravada depois do bolsonarismo. Infelizmente, a proporção das votações da esquerda petista vem diminuindo nos congressos do partido. O vice do Rui Costa na Bahia é o João Leão, do PP [Progressistas], o partido em que o Bolsonaro esteve por maior tempo, o partido do Paulo Maluf. Essa aliança foi realizada em 2018, depois de o PP ter votado unanimemente pelo *impeachment* da Dilma. Se o PT continua tendo essa política, não existe possibilidade de a gente contar com a perspectiva do protagonismo petista na via da ruptura.

A discussão do tipo de aliança que precisa ser feita hoje para bloquear o bolsonarismo passa, em primeiro lugar, por um tipo de iniciativa que é a da frente única, pontual em relação a todas as questões nas quais haja oposição ao governo. Essa frente única pode contar não apenas com o PT, mas com qualquer setor democrático que se coloque numa perspectiva progressiva. Seja nas votações parlamentares, nas iniciativas de campanhas populares ou na realização de manifestações, sou favorável à integração de todos os setores que estão pela mesma bandeira. Mas isso não significa estabelecer a perspectiva estratégica de um governo comum com os mesmos setores que já fracassaram ao longo de doze, treze, quatorze anos de governo petista, e que aprofundam a sua capitulação não apenas aos setores da burguesia campeã nacional eleita para receber os financiamentos do BNDES, mas agora em relação até mesmo ao bolsonarismo. As iniciativas dos governadores petistas têm sido condescendentes com o bolsonarismo, em alguns casos até cúmplices, como em relação à aprovação da reforma da Previdência ou ao projeto anticrime do [ex-ministro Sergio] Moro, que está recebendo apoio também dos governadores petistas.

Temos que pensar numa perspectiva que não é a da reedição do que foi chamado de Frente Popular. Inevitavelmente, Frente Popular continua sendo aquela mesma formulação de aliança política realizada em 1935 no VII Congresso da Internacional Comunista, que

defendeu que os partidos representantes da classe trabalhadora — que eram na época os partidos comunistas — deveriam subordinar o seu programa estratégico a uma aliança com setores da burguesia, e portanto limitar qualquer perspectiva de ruptura social.

A grande questão para a esquerda hoje não é pensar exclusivamente em uma frente eleitoral ou mesmo numa frente pontual única em relação a pontos comuns, que inevitavelmente temos que ter como procedimento tático. A grande questão é ter a estratégia da ruptura — e a estratégia da ruptura está não apenas distante da cúpula majoritária do PT de hoje, como essa cúpula se opõe a essa perspectiva.

A perspectiva da esquerda que o Valter chamou de “se normalizar” significou — e eu gostei das suas palavras — não uma mudança da atitude do PT em relação ao grande capital, mas o contrário. Mesmo quando o grande capital mudou sua atitude em relação ao PT, e já começou a conspirar abertamente por iniciativas golpistas e que violavam a institucionalidade do próprio calendário eleitoral, o PT não mudou a sua relação com o grande capital. E o pior de tudo é que não irá mudar.

A cooptação que a centro-direita realizou de setores da esquerda precisa ser nomeada. Essa cooptação é da maioria da direção do PT e de todos os atuais governadores. São os freios que o Valter apontou como sendo, sobretudo, a capilarização da direita, em grande parte ajudada pelas políticas de favorecimento do tele-evangelismo, e a institucionalidade da esquerda.

Qual é, digamos assim, a grande saída da esquerda? É retomar as nossas raízes. As nossas raízes são de ruptura com as oligarquias, de ruptura com a institucionalidade e de apresentar uma perspectiva de transformações sociais efetivas. Essas transformações só vão ocorrer com o protagonismo autônomo e independente de mobilizações que não estão sendo promovidas pela esquerda oficial.

O cenário em relação à extrema-direita também está incerto. A própria definição da natureza do que é o bolsonarismo ainda está inacabada, porque o projeto que está em germe, na perspectiva da família Bolsonaro e dos seus aliados mais íntimos, que incluem o astrólogo Olavo de Carvalho e as correntes evangélicas mais fundamentalistas, é neofascista. Ou seja: é um projeto de constituição de uma mobilização social para a destruição física da esquerda e das organizações populares. As declarações do Bolsonaro de que é preciso ter 30 mil mortos, de que é preciso fazer uma ditadura ou de que o Pinochet é a única saída não são mera retórica. Esse projeto não vai ser combatido com a perspectiva de uma frente ampla para retomar o mesmo tipo de governo que existiu na fase final do petismo e que levou à desmoralização da esquerda e à ruptura da própria base histórica, inclusive eleitoral, do petismo. É preciso que se note que o eleitorado que votou no Bolsonaro, em grande parte, tinha votado no PT anteriormente.

Não é por uma radicalização do PT que esses setores se afas-

taram do PT. Ao contrário, é pela domesticação do PT como um partido da ordem. Houve também a busca desesperada por setores, muitas vezes, “plebeus” na sociedade, mas extremamente ignorantes, mal-informados, que procuraram na perspectiva de ruptura da extrema-direita aquilo que não era colocado pela esquerda.

Há uma espécie de clamor por uma iniciativa que retome aquela velha estratégia central da esquerda brasileira — desde a origem do PCB em 1922, e depois na origem do próprio PT — que é a agenda da revolução brasileira. A agenda da revolução brasileira é algo que tem que ser feito na perspectiva de ruptura com os pactos com a burguesia nacional que caracterizaram esse presidencialismo de coligação, que na verdade é uma frente popular na qual o PT, então o nome da classe trabalhadora, abdica do seu programa e se torna um agente da gestão do sistema capitalista na sua fase mais tardia e na fase pós-2008, em que os ajustes fiscais vêm como forma de garantir o enorme impacto que a crise bancária internacional teve sobre a acumulação de capitais, o que levou o Estado a salvar os bancos com o dinheiro que é resultado da produção social. E alguém tem que pagar essa conta.

Há uma hipótese teórica evidentemente de que o PT pudesse se reformar, como de certa maneira vem ocorrendo com o Partido Trabalhista ou os Democratas nos Estados Unidos. Mas quem é o Corbyn no Brasil? Quem é o Corbyn no PT? Quem é o Sanders no PT?

BREVE CONTRIBUIÇÃO DO PLENÁRIO

Daniel Garcia

Revista Adusp. Vamos abrir para algumas intervenções do plenário. Intervenções rápidas de quem quiser fazer algum comentário ou alguma pergunta. Então primeiro o Adrián, depois Thomaz.

Adrián Fanjul. Obrigado. Luis Felipe, talvez você seja com quem mais concordei. [Para Valter] No percurso que você fez sobre diferentes fatores senti falta de uma avaliação do papel que poderia ter o sindicalismo, que ainda existe, mesmo que se mobilize pouco. Sobre a questão do “Lula Livre”, Luiz Felipe, concordo com você. Me custa entender por que o reconhecimento como preso político causa tanto debate na esquerda, quando é uma coisa tão clara. Há toda uma história que se poderia ver da esquerda defendendo presos políticos que não necessariamente são de esquerda, quando são presos de um regime de exceção. Já vi colegas dizerem “Ah, bom, sim, mas divide”, ou coisas como “mas Lula defendeu a burguesia”. Muitas dessas correntes, aqui se mencionou Perón, defendiam, quando Perón estava proscrito, que tivesse direito de ser candidato, ou quando Isabel Perón estava presa — e se quiserem conto para vocês quem eram essas pessoas. Eram *muito* piores que Lula, né? Não havia nenhuma vacilação. Depois, é claro, que sejam julgados.

Thomaz. Queria fazer uma pergunta para Isabela: como é que o tema da desigualdade aparece entre os apoiadores do Bolsona-



Isabela Kalil, Luis Felipe Miguel e Adrián Fanjul

ro, entre os diferentes perfis, e se você acha que com esse tema ganhando relevância no debate nacional — como parece estar acontecendo no Chile e no Equador de uma maneira mais explícita — ele pode desanimar a militância ou favorecer que surjam convertidos nesse processo. Se é um tema relevante para se contrapor à militância bolsonarista.

Alex. Minha pergunta é direcionada ao Henrique e ao Valter. Isabela tangenciou essa questão, que é pensar Bolsonaro e o bolsonarismo a partir das articulações ou desarticulações internacionais, ou pensar também, em cenário hipotético, em estratégias de desarticulação. Ou seja: como a esquerda pode se desarticular a partir do próximo ano, [e] principalmente como o bolsonarismo também pode ser desarticulado, pensando como principal ator a [re]eleição de

Donald Trump ou a não eleição, num cenário hipotético em que ele perca as eleições para os democratas. Se vocês veem também esse novo levante, essas recentes eclosões na América Latina desses movimentos como uma força de desarticulação de governos autoritários. E pensando qual o papel da China se de repente tiver uma desarticulação do Trump e entrarem os democratas no lugar, visando que ainda o imperialismo continua com democratas ou republicanos.

Mário Balanco. Queria fazer uma pergunta para Isabela. Pelo que entendi você falou assim: “Eu acredito que a saída ainda é institucional”. O que seria essa saída institucional? A outra [pergunta] eu vou ser mais caseiro. Participo de um movimento de saúde da região Oeste, Coletivo Butantã na Luta. Muitas vezes a gente fica muito no macro e acaba esque-



Mário Balanco, do Coletivo Butantã na Luta, apresenta questionamentos aos debatedores

cendo o cotidiano, o dia a dia da população e dos trabalhadores. Sou da época [em] que a gente organizava os desempregados. Tinha movimento de luta contra o desemprego, movimento contra a carestia. E hoje a gente não consegue ou não tem nenhuma possibilidade ou nenhuma vontade, me parece, de fazer algum tipo de organização desse tipo. Queria saber se vocês acham que nas direções é possível levar esse tipo de campanha, esse tipo de discussão. O Bolsonaro solta uma coisa e a gente fica lá atrás e esquece de que no cotidiano as pessoas estão preocupadas com coisas concretas, sobrevivência, e a gente não consegue dialogar com esse pessoal. Sei

que é muito difícil, mas a gente deveria apostar nisso. É abandonar de vez o institucional e ir para a rua, ir para esses movimentos e ajudar e tentar a partir da base organizar uma frente, na verdade. Eu acredito nisso: ir à população, ir à comunidade e começar a criar mecanismos, uma frente de outras bandeiras: educação, saúde, moradia, taxar os ricos, estatizar o sistema bancário.

Ângela. A prisão do Lula foi um “murro”, um acinte. Como é que vocês pensam que a gente pode lutar contra a capilarização da direita? Porque para mim foi isso, não houve uma politização. Eu sou professora, sempre lutei no meu trabalho cotidianamente com a

questão da politização. Gente bota fogo na Amazônia, não acontece nada, tem o *Intercept* e nada. Então como é que a gente no cotidiano vai conseguir uma capilarização? Como é que vamos resgatar — para mim é através da luta popular — a questão da saúde, a questão de educação, essas questões que são mais caras e mais próximas das pessoas? Também não acredito nas instituições. Que papel os partidos podem ter no sentido dessa capilarização de esquerda? Obrigada por vocês estarem aqui.

Revista Adusp. Vamos iniciar a segunda rodada com os nossos debatedores, que nas suas intervenções vão responder às perguntas feitas aqui, aos comentários.

HENRIQUE CARNEIRO

“O PT se tornou não apenas cúmplice de um pacto oligárquico como adotou os mesmos métodos. O grande debate é: vai haver um novo partido ou uma nova frente de partidos que substitua o PT, ou vai ocorrer o terceiro ciclo petista?”

Dentre as muitas incógnitas que a gente tem sobre o desenvolvimento da situação política, talvez uma das mais angustiantes para quem vem de décadas de militância, de ativismo etc. é em relação à recomposição, à reorganização, à rearticulação da esquerda. Desde o processo da industrialização brasileira no início do século 20, nós tivemos apenas dois partidos que conseguiram representar a classe trabalhadora de forma orgânica: o Partido Comunista [PCB] e o Partido dos Trabalhadores. Ambos tiveram um processo de questionamento que foi um momento de inflexão na sua trajetória, talvez o do PCB tenha sido no início dos anos 1960 com o golpe que representou a falência da política de confiança do bloco nacionalista vinculado ao varguismo, ao janguismo — e por outro lado a emergência da Revolução Cubana, que colocou uma perspectiva de

radicalização, a influência chinesa etc. Mas isso faz com que a partir de 1964 o PCB deixe de ser um partido com perspectivas de capitanear, digamos assim, ou de coordenar a rearticulação da esquerda.

Ao contrário, o papel do Partido Comunista Brasileiro ao longo de todo o período da chamada redemocratização vai ser o de obstaculizar o movimento social, de se aliar com Joaquinão [Joaquim Santos Andrade, histórico dirigente sindical “pelego”] para tentar impedir a emergência de um sindicalismo independente, de tentar manter todo o programa atrelado ao MDB etc. O PCB foi de tal forma se corrompendo que se tornou um dos partidos mais reacionários da ordem, na vertente do PPS [atual Cidadania] que continua sendo hoje um partido reacionário do bloco vindo da centro-direita. O PCdoB, que resistiu de alguma maneira, continua sendo também um partido extremamente contraditório, que é capaz de aprovar a concessão da Base de Alcântara ou governar em aliança com o PSDB. O vice do [governador] Flávio Dino é do PSDB. Então a grande pergunta é: o PT também está repetindo o processo de degeneração do Partido Comunista Brasileiro e acabou o seu papel histórico de pivô da coordenação das lutas sociais e da rearticulação da esquerda? Eu acho que sim!

O maior desafio hoje da esquerda é superar o PT, superar o lulismo, sobretudo o lulismo que é

mais reacionário que o PT porque é caudilhista e baseado numa espécie de personalização, de um indivíduo que tem os seus méritos, obviamente, mas que no final da sua trajetória foi responsável pela desmoralização da esquerda. Sabemos que as acusações do sítio de Atibaia ou do apartamento do Guarujá são montagens, mas que existiu participação nos esquemas de corrupção vinculados à Petrobras, que destinaram à Odebrecht uma série de concessões, ou à JBS etc., existiu evidentemente. O PT se tornou não apenas cúmplice de um pacto oligárquico como adotou os mesmos métodos. Neste sentido, o grande debate é: vai haver um novo partido ou uma nova frente de partidos que substitua o PT, ou vai ocorrer o terceiro ciclo petista? Quer dizer: [os dois primeiros foram] um ciclo do PT fora do governo, quando ele era um partido popular; [e] o período de domesticação que levou ao fracasso que hoje todos vivemos. Vai haver o renascimento do PT? Independente de uma vitória eleitoral, eventual ou não.

O PT no Brasil vai fazer alguma coisa em relação ao Chile? Aliás, não há uma menção a Chile ou a Equador, nas palavras do Haddad, do Flávio Dino, de todos esses próceres da esquerda oficial que parece que têm mais medo da rebelião popular do que do pacto com o setor da burguesia para manter o *status quo* nacional. Então o grande desafio é a superação.

O PSOL vai cumprir esse papel? Sou militante do PSOL, tenho esperanças no PSOL. Há enormes insuficiências, mas não se pode comparar uma declaração do Freixo — infeliz, da qual eu discordo — com os elementos que o PT teve no curso de sua história que levaram à desmoralização da esquerda. O PSOL ainda não fez esse tipo de traição. Podemos usar a palavra, para mim não é indevida em relação inclusive aos seus conteúdos morais. O PSOL não fez ainda a prova da realidade, no sentido de frustrar as expectativas, as esperanças populares. O PT não só frustrou essas expectativas como se colocou frontalmente contra elas quando houve a implosão de 2013, num momento em que a própria Dilma dizia para o Haddad “Pô, baixa essa tarifa” e o Haddad, enfim, confessou de uma forma desavergonhada num pomposo artigo na revista *piauí* que ele vai lá, conversa e fala: “Não, o equilíbrio fiscal da Prefeitura está acima de qualquer cálculo político nesse momento”. Imaginemos se o Haddad tivesse na primeira assembleia dos estudantes descido à rua e falado: “Eu fui do movimento estudantil, estou aqui com vocês, vou baixar a passagem”, e vão lá na porta do Alckmin. Imagina se o Haddad tivesse feito isso naquele momento e o movimento de 2013 tivesse um inimigo central que fosse o Alckmin! Infelizmente não foi assim. Ele, como ex-líder estudantil, tinha o dever político, moral, existencial de ficar do lado do movimento popular.

Na próxima explosão social quem vai estar encabeçando? Eu

aposto muito mais no Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, vinculado ao Guilherme Boulos, eu aposto muito mais no sindicalismo independente, vinculado à Conlutas, que está agora realizando uma série de greves vitoriosas no Vale do Paraíba. Então a grande questão é a irrupção das massas. Nós tivemos três episódios no último período de levantes de multidões de centenas de milhares de pessoas que foram às ruas contra a direita, contra o Bolsonaro. Nenhuma delas foi chamada pela esquerda tradicional, pelos sindicatos ou pelo PT. Foi o “*EleNão!*”, que o movimento feminista chamou nas vésperas das eleições, depois foi o movimento contra a destruição da educação que ocorreu no início do ano — que teve a participação dos sindicatos etc., mas não foi esse o setor que caracterizou aquela irrupção popular — e finalmente o movimento contra as queimadas, que também foi uma espécie de explosão espontânea. Nós temos que preparar a explosão popular no Brasil e a frente para isso, que tem que ser feita com quem estiver a favor dessa explosão. Quem estiver contra, obviamente, vai estar se perfilando com a ordem e provavelmente justificando a repressão da polícia, como o PT justificou nos atos anti-Copa — havia uma espécie de frente única da PM de São Paulo com a direção do Partido dos Trabalhadores, apesar de que obviamente há setores no partido, que são minoria, que se opuseram a isso. Mas a tendência da esquerda do PT é tomar o poder no partido? Infelizmente não! Hoje o PSOL e

a articulação de uma frente real de esquerda em torno do PSOL é a grande esperança. E se o PT puder vir, melhor, mas infelizmente por realismo de análise não é a perspectiva mais favorável.

“Vamos constituir uma assembleia dos povos, constituir uma central não apenas sindical mas popular, que agrupe os sem-teto, os desempregados, o movimento estudantil e faça da mesma forma que, de certa maneira, a Conae do Equador tem feito”
(Henrique)

É obvio que não sou contra participar das eleições. A gente tem que ter propostas também unificadas em relação às eleições. Eventualmente essas frentes devem contar, obviamente, com o PT também. Infelizmente a tendência do PT vai ser de apontar coisas como já se andou sondando por aí, de Marta Suplicy para a Prefeitura de São Paulo. Marta é uma representante da burguesia, do MDB, dos golpistas. Não tem o menor sentido uma frente em torno de uma figura como essa. Mas se o PT se inclinar por uma perspectiva de uma frente de esquerda, se apoiar o Freixo no Rio de Janeiro, se tiver aqui em São Paulo um debate que coloque uma prévia geral de todos os membros dessa

frente, façamos uma eleição interna de todas as correntes pra escolher o candidato. Se houver isso, excelente! Mas o grande segredo não é ficar depositando todas as expectativas nessa institucionalidade ou numa transformação eleitoral, mas constituir uma institucionalidade alternativa. E esse é outro elemento que faltou na realidade brasileira que agora no Chile é o debate central. Eles fizeram dois dias de greve geral, o segundo foi dedicado a fazer *cabildos* abertos, em que a população realiza assembleias populares e está se reunindo para constituir órgãos que são efetivamente um contrapoder.

Na origem o PT defendia isso, me lembro até na época da primeira eleição para a Prefeitura de São Paulo [1988], quando a Erundina ganhou do saudoso Plínio [de Arruda Sampaio] e naquele momento o Plínio se opunha a uma política que elegeu Erundina, que era dizer “não vamos governar com a Câmara [Municipal], vamos governar com a Câmara cercada de multidões e conselhos populares”. Infelizmente a Erundina não cumpriu o prometido e logo em seguida, na primeira greve, ela demitiu os grevistas da CMTC [Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos], passou a se aliar com a Camargo Corrêa para fazer a reforma do Anhangabaú e se converteu numa Prefeitura da ordem, vinculada, inclusive, à repressão contra os movimentos grevistas que ocorriam naquele momento. Mas a esperança que se delineava naquele momento da proposta da Erundina tem que ser retomada hoje: conselhos populares. Vamos

constituir uma assembleia dos povos, vamos constituir uma central não apenas sindical mas popular no país, que agrupe os sem-teto, que agrupe os desempregados, que agrupe o movimento estudantil e faça da mesma forma que, de certa maneira, a Conae, a Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador, tem feito, se constituindo como um efetivo contrapoder. Mas essa nunca foi a estratégia do PT. Muito pelo contrário: foi cooptar os movimentos autônomos, independentes, para virarem base eleitoral e a cada quatro ou a cada dois anos irem lá depositar o seu voto e o resto do tempo ficarem em casa esperando os deputados agirem. A ideia de um movimento de pressão social contínua, no qual você faz permanentemente uma sublevação das bases, de alguma maneira caracterizou mesmo os projetos ultrarreformistas, como o venezuelano, equatoriano ou boliviano, nesses pelo menos houve a manutenção desse poder de pressão das organizações populares. E no Brasil, o mais indignante, mais humilhante é que nós não conseguimos mobilizar sequer para defender o Lula, quem mobilizou para defender o Lula foi o PSOL. Quem estava lá como base social, no Sindicato [dos Metalúrgicos] de São Bernardo naquele momento, foi a base do MTST, que engrossou aquele ato de míseros 10 mil no entorno do sindicato quando Lula foi preso. Não houve um ato de massas que ultrapassasse as dezenas de milhares em nenhum dos estados que o PT governa.

Fosse o Brizola, o Brizola de 1961 que, com todos os seus pro-

blemas, pelo menos se dispunha a colocar uma mobilização social e, eventualmente, até expropriar as empresas de armas, como a Rossi, para distribuir armamento a milícias civis... E o PT nós vimos o que foi: uma queda indigna durante o processo do *impeachment*. Não por parte da Dilma que, pessoalmente, não tem nenhuma acusação que possa ser feita, foi absolutamente indevido o *impeachment*, com todos os seus defeitos ela se manteve dignamente, mas o PT foi incapaz sequer de se autodefender desse processo. E continua optando pela via da conciliação de classes, do colaboracionismo com a institucionalidade burguesa, tudo em nome de uma suposta governabilidade dos governos estaduais. Então acho muito difícil ter uma perspectiva que aponte para as décadas futuras uma reabilitação do PT como um partido que vai cumprir um terceiro ciclo na história brasileira.

O ciclo do petismo se esgotou, não apenas porque o Lula já é idoso — não há sucessor do petismo, porque ele próprio fez questão de não criar — e, nesse sentido, a grande questão colocada para toda a esquerda é se rearticular, talvez, sob uma nova sigla. Não que a sigla do PSOL seja algo sagrado, que não possa ser alterado, é possível criar novos partidos de reunificação da esquerda, talvez até mesmo o PT venha a romper no futuro e a esquerda do PT tenha que encontrar uma perspectiva fora, porque cada vez mais o PT vem sendo uma camisa de força da conciliação de classes e da completa desmobilização popular. Obrigado.

“Temos que disputar o conteúdo da palavra de ordem ‘Fora Bolsonaro’, porque só tirar Bolsonaro não resolve. Por isso tem que ser ‘Fora Bolsonaro, fora Mourão, fora o governo como um todo’ (porque é ilegítimo), eleições gerais”

Primeiro sobre o “Fora Bolsonaro”. Eu sou a favor de usar essa palavra de ordem. O que eu disse é que nós temos disputar o conteúdo da palavra de ordem, porque só tirar o Bolsonaro não nos resolve. Por isso tem que ser “Fora Bolsonaro, fora Mourão, fora o governo como um todo”, porque é ilegítimo, “eleições gerais”.

Sindicalismo brasileiro: vai ter que se reorganizar completamente, porque é um sindicalismo que perdeu o pé em relação a uma parte da sua base. [Requer] um esforço de organizar os desempregados, os terceirizados, os setores populares — como em certa medida ocorreu com o novo sindicalismo nos anos 1970.

Em relação ao que vai ser do PT, perdão, o que vai ser das direções das esquerdas, não só do PT, [a] primeira hipótese é uma mudança que até agora não ocorreu, e não apenas no PT. O que está ocorrendo com o PSOL é um filme que eu

já vi. Então mudança até agora não houve. Segunda possibilidade é ser empurrado, se houver uma mobilização de massa que empurre. E a terceira hipótese é ser atropelado. E aí só quero fazer uma observação. O Partido Comunista Brasileiro não perdeu o pé em 1959, ou nos anos 1950 e 1960: perdeu o pé porque foi massacrado pela Ditadura. Nós não sabemos o que aconteceria com a esquerda brasileira se o PCB e o PCdoB não tivessem sido massacrados. O PCdoB teria sido outro não fosse a Queda da Lapa [1976], o PCB teria sido outro não fossem os onze assassinados na Ditadura. Então não é assim. Houve um massacre, uma *destruição* dessas organizações e se criou um terreno livre onde foi mais fácil construir uma outra coisa. Não sei o que teria sido não tivesse ocorrido o massacre que a Ditadura fez. Estou falando isso porque o processo que você [Henrique] fala, de superação do PT, parece que vai ser uma coisa inevitável, que você diz que é uma hipótese e no final diz que é segura e líquida, [e] parece que vai ocorrer a frio num laboratório.

O PT só vai ser substituído se, entre outras coisas, ele for massacrado. Por isso eu fico muito incomodado com essa discussão *em tese*. Tem uma operação da direita para destruir o PT — não é para destruir o PSOL, não é para destruir o PCdoB: é para destruir o PT. Algum motivo tem, né? Eu aprendi na luta de classes a levar em consideração o que a gente quer,

o que a gente gosta, mas também o que o inimigo pensa. Alguma coisa no PT é incômoda a tal ponto que Lula, o conciliador, tem que estar preso. Falta uma peça nessa explicação.

A esquerda para se recapilarizar tem que voltar ao trabalho de base, no sentido mais amplo dessa palavra. A capilarização da direita não começou agora, né? Nós vivemos num período que é um hiato na história do Brasil. Vamos lembrar que na história republicana brasileira tem mais tempo de ditadura do que [de] liberdades democráticas formais. Então não dá para olhar a história do Brasil com óculos dos últimos quinze anos. Em relação ao debate que o Henrique propôs aqui, eu me lembro dos anos 1990, em que estava tendo uma ofensiva neoliberal combinada com a crise do socialismo soviético e a gente dizia: “Pessoal, vamos olhar a ofensiva neoliberal”, e o centro do debate da esquerda era a crise do socialismo soviético. Agora tem uma ofensiva ultraliberal de extrema-direita, mas o centro do debate é o PT?

A fala do Henrique aqui é um paradigma disso. Ele gastou a maior parte da fala inicial e a maior parte da segunda falando coisas que podem estar certas ou erradas sobre o PT. Esse não é o centro do problema, mas a batalha seguinte, na opinião dele, é a reorganização da esquerda. Mas e a batalha que está em curso agora? Eu temo esse tipo de aborda-

gem porque ele no fundo se resume à ideia de que “a culpa é do PT”. “A culpa é do PT” é Ciro [Gomes]. Isso explica por que, no Rio de Janeiro, o candidato a governador do PSOL teve muito mais votos que o Boulos [candidato do partido a Presidente, em 2018]. Uma parte da base do PSOL no Rio, acostumada com esse discurso “a culpa é do PT”, votou no Ciro. Certo? Provado! Verifiquem os números, é provado. Aqui não é um debate sobre o PT, então eu vou me limitar às coisas que têm a ver com esse debate.

Primeiro: a esquerda brasileira, hegemonicamente, durante toda a República adotou uma estratégia de aliança com a burguesia nacional. Isso não foi inventado nos últimos anos pelo PT. Era política hegemônica do Partido Comunista e em amplos setores da esquerda. Uma minoria, em todos os partidos de esquerda, durante o período republicano recusou essa aliança, que eu acho errada. Mas não é uma invenção desses últimos anos. Segundo: tem diferenças imensas dentro do PT. Foi dito aqui e é verdade: onde o PT tem governos estaduais as manifestações pró-Lula Livre não correspondem à força do PT nos estados. Isso é por quê? Porque tem divergência, e veja: não é divergência comigo, é divergência com o Lula. Com o Lula. Outro exemplo: por tudo que você [Henrique] falou, o Lula deveria estar aplaudindo o movimento “Direitos Já”. O que é que o Lula disse? “Esse movimento ‘Direitos Já’ tem lá dentro o pessoal que deu o golpe, *impeachment*, reforma da Previdência”, fez um ataque geral, é público, isso

está nas entrevistas que ele deu. Atacou, deixou inclusive constrangidos setores do PT que queriam ir ou até foram lá, aplaudiram e aí tomaram um susto. Então vejam: são diferenças dentro do PT que às vezes a gente coloca em tábula rasa e acha que a diferença é entre a esquerda e o resto. Não é assim.

Frente única *versus* PT: Henrique defende frente única com o PT ou com qualquer um. No fundo está a ideia de que é possível derrotar o Bolsonaro sem o PT ou contra o PT. Não dá, pessoal! Ou o PT participa da luta contra o governo Bolsonaro, ou não vamos ter êxito nessa luta. Então não dá para fazer um cálculo que é “se quiser vir, vem”.

Eu fui durante muitos anos secretário de Relações Internacionais do PT e secretário-executivo do Foro de São Paulo, a *besta-fera* que o Bolsonaro e outros adoram falar. Não acho que o PT seja comparável ao PS chileno, tive muito contato com o PS chileno e simplesmente isso não é fato. Basta dizer que o PS chileno, em reunião oficial com o PT, dizia: “Vocês erram ao dizer que movimento social tem *status* na estratégia política. Tem que ser só instituição”. Tem uma diferença profunda, para ficar nisso, certo? Segundo: os governos de esquerda na América Latina, todos eles, do [Hugo] Chávez ao governo chileno, compartilharam uma estratégia comum, que era fazer a transição através da ação institucional-governamental e aproveitando-se do modelo herdado: da renda petroleira na Venezuela, da exportação de agronegócio no Uruguai e na Argentina, da exploração do lítio

na Bolívia. E todos estão enfrentando os mesmos problemas. Mesmo aqueles que aos olhos da esquerda às vezes parecem hiper-radicais têm uma estratégia comum, que está enfrentando problemas comuns em toda a América Latina.

“A institucionalização é parte de uma estratégia, que é a aliança com os capitalistas para construir no Brasil um capitalismo com democracia e bem-estar social. Sou contra uma estratégia institucional, mas o problema de origem é abandonar o socialismo como perspectiva histórica e se aliar ao grande capital”
(Valter)

Indo para o final, não concordo com [a afirmação] “o Lula desmoralizou a esquerda”. Isso tem o mesmo *status* do ataque a Erundina. Veja, a Erundina saiu do PT. O fato concreto é: ela foi a melhor prefeita da cidade de São Paulo para as condições da época. Não dá para a gente analisar a história à luz das nossas paixões, não dá! O Lula desmoralizou a esquerda? Mas então por que cargas d’água todas as pesquisas de opinião indicavam que ele seria eleito presidente com apoio amplo, geral e irrestrito, e a

direita teve que prendê-lo? Então, uma coisa é eu achar que a estratégia dele foi equivocada, estava errada, provocou uma derrota. Outra coisa é usar expressões que — tirando a parte moral, não é um julgamento moral — politicamente levam a interpretações que não explicam o que aconteceu. Se tudo isso fosse verdade, insisto, por que é que teve *impeachment*, prisão? Falta uma peça na explicação.

Em relação à ideia de “preparar a explosão”: a explosão preparada não é bem explosão. Pode ocorrer, não é o mais provável, mas pode ocorrer no Brasil um cenário de explosão social. E a esquerda, nesse sentido, tem que se preparar para este cenário, estou de acordo. O que vai fazer a direção do Partido dos Trabalhadores? Já tem aqui um vaticínio. O meu vaticínio é muito simples. Neste período histórico — estou falando dos próximos meses e anos — não vejo possibilidade de a gente vencer sem o PT ou contra o PT. Então meu esforço principal é garantir que o PT adote uma linha política que permita uma unidade da esquerda, radical, contra o governo Bolsonaro. A notícia ruim é que se essa estratégia for derrotada também o conjunto da esquerda será por muitos anos. Então não quero me render a essa ideia de que não tem jeito.

Esse raciocínio que é “vamos construir a alternativa” não é factível do ponto de vista *político* no curto prazo. O que é factível, embora muito difícil, pouco provável, é você construir uma frente de esquerda onde o PT tenha um alto nível de protagonismo. Isso pode

barrar e derrotar o Bolsonaro. A outra alternativa não barrará. Não barrará porque não tem tempo hábil para se construir uma alternativa desse tipo, se é que será possível. Então, esse é o sentido.

Penúltima coisa: o problema da institucionalização. O problema da institucionalização não é a institucionalização. A institucionalização é parte de uma estratégia, que é a aliança com os capitalistas para construir no Brasil um capitalismo com democracia e bem-estar social. Como é para isso, o caminho é participar no Estado, nas instituições etc. — uma coisa decorre da outra. Então sou totalmente contra uma estratégia institucional, mas quero apontar o dedo para o problema de origem. O problema de origem é abandonar o socialismo como perspectiva histórica e se aliar ao grande capital na hipótese de construir um capitalismo com bem-estar social, liberdades democráticas e soberania nacional. Desde os anos 1970, há muita literatura mostrando que isso é uma quimera.

Não dá para ter soberania nacional, liberdades democráticas e bem-estar social num capitalismo com as características do brasileiro ou do latino-americano. Ou você tem um desenlace socialista, ou você tem periodicamente retrocessos. Melhora um pouco, piora muito; melhora um pouco, piora muito. Que é o que estamos vivendo agora. Então o problema de fundo que precisa ser posto é: a esquerda brasileira precisa recuperar o socialismo como objetivo estratégico, como objetivo programático:

que sociedade a gente quer construir, recuperar o anticapitalismo, porque recuperado isso o resto é colocado no seu lugar. Se você não recupera isso, você não recoloca as coisas no lugar.

Henrique fez uma brincadeira aqui sobre Jeremy Corbyn. Quem aqui já tinha ouvido falar do Jeremy Corbyn, antes de ele virar líder do Partido Trabalhista? Eu não conhecia, confesso a minha ignorância. E apareceu, no local mais improvável. Então, eu compreendo e respeito completamente aqueles que acham que a aposta do PT é uma perda de tempo, mas quem vai decidir sobre isso não é uma mesa desse tipo — quem vai decidir é a luta de classes no país. A burguesia brasileira, os capitalistas da extrema-direita têm uma tal sanha contra o PT que na minha opinião há a possibilidade forte de acontecer com o PT a mesma coisa que acontece com o peronismo na Argentina. Continua sendo na prática, *na prática*, o veio principal através do qual amplas camadas do povo enfrentam a oligarquia. Eu sou peronista? Não sou. Eu sou lulista? Não sou. Mas eu reconheço esse dado da realidade. Tem a ver com a maneira como a luta de classe se organiza lá, como se organiza aqui. Não é um problema de debate teórico ou de desejo.

Enquanto o PT tiver vínculos com amplos setores da classe trabalhadora e enquanto ele for o adversário principal da extrema-direita e do grande capital, existe possibilidade, sim, de o PT se reciclar e ter um papel protagonista. Aliás, é bom dizer que foi

a Comissão Executiva Nacional do PT, da qual eu fazia parte, que se reuniu com Haddad e disse: “Abaxe essa tarifa imediatamente”. Não foi a Dilma, foi a direção do PT comandada pelo Rui Falcão, e o resto da história infelizmente é conhecido. A resposta foi: “Não, porque eu tenho um contrato com o povo através das urnas, tenho um programa a cumprir e esse programa não é possível de cumprir se eu gastar uma parte do orçamento para subsidiar o

transporte, e se eu rebaixar as tarifas vou ser obrigado a abrir mão desse meu programa”.

Ato contínuo, teve a reunião com Geraldo Alckmin na qual Alckmin informou que ia rebaixar as tarifas. E uma cena divertida, que foi o secretário do Alckmin dizendo “Mas governador, tem problema orçamentário”. O governador disse: “É uma decisão política”, e acabou o assunto. Então, a segunda parte da tua informação [para Henrique] é perfeitamente correta. Ou seja:

houve um equívoco gravíssimo em 2013, compatível com uma visão estratégica equivocada. Isso tem que ser dito publicamente. Essas coisas têm que ser postas em cima da mesa. Do jeito que eu falo do Haddad publicamente para ele, por escrito etc., a esquerda tem que ser implacável consigo mesma, tem que ser implacável! Não pode passar o pano. Outra coisa é o papel que a esquerda cumpre nos partidos, nas lideranças, na grande disputa política do país. Muito obrigado!

ISABELA KALIL

“Se não fosse o ‘EleNão!’, movimento de mulheres, talvez Bolsonaro tivesse sido eleito no 1º turno. Mas a narrativa que se construiu é de que o ‘EleNão!’ foi um tiro no pé — é absurdo!”

O que eu quero dizer com vias institucionais? Na verdade minha posição é a seguinte — pegando o gancho da fala do Valter, da questão do desejo. O meu desejo é uma posição anticapitalista e, claro, também de enfrentamento à crise ambiental, que a gente faça uma oposição anticapitalista considerando isso e várias outras coisas. Agora, olhando para o cenário, a

gente está correndo o risco de partidos políticos de centro-esquerda ou de esquerda serem criminalizados, eu não estou pensando só no sentido de perseguição, de algo no papel. Há um claro movimento da sociedade, crescente, de as pessoas terem vergonha de se dizer de esquerda. As pessoas têm medo, têm vergonha, mesmo num contexto que não tem “Escola sem Partido”, por exemplo, as pessoas estão recolhendo as suas posições porque estão com medo de perder o emprego. E há um processo muito forte, que não começa agora, claro, recupera questões históricas mais amplas, mas dá a ideia de que partido de esquerda é criminoso. Então, olhando para esse cenário, quando eu falo no institucional estou pensando nesse sentido. A gente precisa defender, sim, a Constituição, ainda que seja um projeto liberal,

estrategicamente precisa defender isso. Defender a existência de partidos, a existência de eleições, a manutenção das eleições de forma minimamente democrática e a existência de partidos de esquerda. A gente tem uma urgência — talvez a nossa luta tenha que ser pensada em diferentes temporalidades. Uma de urgência, no sentido de defender algo que se fosse alguns anos atrás a gente não defenderia, porque estaria fazendo a crítica a esse Estado democrático e neoliberal. Mas a gente tem uma urgência em relação a isso. Há uma certa caricatura de que cientistas políticos são bons em pensar instituições e antropólogos são bons para pensar povo, ou contextos que não têm Estado ou institucionalidade. Eu gostaria que a gente pudesse pensar assim: povo, e quando apelasse para uma mobilização pública ou

mobilização de rua as pessoas viessem. Mas o problema é que, no caso brasileiro, quando a gente teve algo assim, em 2013, isso acabou sendo capturado pela direita.

Então, tendo acontecido tantas mudanças na sociedade brasileira, do ponto de vista da população, inclusive dentro do projeto neoliberal, dentro de um projeto de hiperindividualismo, de consumo, eu fico me lembrando dos casos de campo que a gente viu e entrevistou. O exemplo muito paradigmático é o motorista de Uber que foi beneficiado pelas políticas do Partido dos Trabalhadores, conseguiu comprar um carro, e aí não consegue pagar. Quando ele não consegue pagar, ele passa a dirigir Uber e aí quem ele culpa? O Partido dos Trabalhadores. Ou seja, esperar que esse personagem vá para a rua, que vá de uma certa maneira sustentar uma mobilização pública, uma mobilização política, uma mobilização de massa que seja de esquerda, não me parece muito realista. Seria o ideal, mas não me parece realista.

Henrique citou o **“EleNão!”**. Acontece uma coisa parecida que foi a seguinte: a gente teve um movimento importante, que começou de uma maneira orgânica — ainda se tivesse sido puxado por partidos também não vejo problema, porque agora parece haver um certo pavor em dizer quando as mobilizações são puxadas por instituições, por partidos, grupos políticos específicos ou movimentos sociais —, as mulheres foram para a rua, não só mulheres, foi enorme. E, logo na sequência, o dia da mobi-

lização do **“EleNão!”** coincide com a saída do Bolsonaro do hospital, é exatamente nesse final de semana o apoio público do Edir Macedo ao Bolsonaro e há toda uma mobilização entre diferentes igrejas, não só a IURD [Igreja Universal do Reino de Deus], e uma proliferação de *fake news* e de materiais criminalizando o **“EleNão!”**

Ou seja: na sequência, a opinião pública em diferentes posições, de diferentes contextos, dizendo: “O **‘EleNão!’** estava errado, foi um tiro no pé”. Ou seja, a gente quando tem mobilização também não está conseguindo acolher essa mobilização e fazer com que seja creditada uma relevância. Ao invés de pensar que se não fosse o **“EleNão!”**, movimento de mulheres, talvez Bolsonaro teria sido eleito no primeiro turno, a narrativa que se construiu é de que o **“EleNão!”** foi um tiro no pé. “Talvez se não fosse o **‘EleNão!’...’** — é absurdo! Quando tem uma mobilização política importante como essa, historicamente relevante, de mulheres que estão na rua, a gente vai dizer que o **“EleNão!”** está errado, ou que não fez da maneira correta? Não estou dizendo que vocês tenham feito isso, mas que é preciso pensar do ponto de vista de construção que é, para resumir a história, quando a gente quer a participação popular às vezes a participação popular não é do jeito que a gente queria. 2013 foi exatamente isso. Começou de uma maneira, e era uma posição anti-capitalista, que pedia a questão do passe livre, e depois foi se mesclando e virando uma outra coisa.

Então não significa excluir a

possibilidade da rua, mas as mobilizações que acontecem, das duas uma: ou são progressistas e depois viram bode expiatório, de coisas que nem teriam como estar na conta do **“EleNão!”**, ou é uma mobilização forte conservadora, da direita. Por isso, falar da questão institucional, porque esperar que vá haver uma movimentação da rua e usar essa oportunidade, acho muito pouco provável... É preciso ter muita coisa acontecendo para que a gente consiga fazer isso. Então tem que pensar o seguinte: do ponto de vista estratégico, institucional, o que a gente consegue num curtíssimo espaço de tempo, nesse desmonte todo, o que consegue manter minimamente.

Se a gente vai pensar nos juízes da Suprema Corte, que estão se reunindo para discutir se têm que seguir ou não a Constituição, é uma loucura! Porque o STF é o guardião da Constituição. É para isso que o STF serve. E aí o STF está se reunindo para saber se vai ou não cumprir a Constituição! A gente está num estágio tão mais problemático do que talvez a gente imagine, e dado o caráter de urgência que, ainda que a Constituição pode não ser a nossa melhor moldura, a gente tem que defender! Tem que defender que o Partido dos Trabalhadores não entre no movimento de criminalização, ou até coisas piores. Não significa também, claro, fazer alianças com grupos que no final das contas não são minimamente de esquerda, obviamente, mas de qualquer maneira a gente tem que pensar a defesa institucional, e essa defesa



A exposição de Luis Felipe Miguel abriu o debate

de determinadas posições, porque se não a gente não vai ter nem isso. Corre o risco de ter um projeto que é muito mais ambicioso — e deve ser — do ponto de vista do desejo, mas ficar sem nada, do ponto de vista da operação.

Ângela perguntou sobre a questão do óleo, do vazamento. Tem um discurso que aparece agora, fomentado pelo [Ricardo] Salles, que diz o seguinte: “Se o Greenpeace jogou óleo em Brasília, então provavelmente foi o Greenpeace que jogou óleo no Nordeste”. Isso é absurdo? É, mas as pessoas acreditam nisso. Para mim, a inspiração para dizer isso é pesquisa com terraplanista, que corresponde a 7% dos brasileiros. Talvez o número vá aumentar. A gente não vive mais no mesmo mundo que determinadas pessoas. Então a defesa de determinadas coisas, determinados desejos faz muito sentido, mas a gente está numa situação

tão grave que as pessoas não partilham mais do mesmo mundo. Se existem pessoas que de fato acreditam, e as pessoas acreditam nisso, que foi o Greenpeace que jogou óleo no Nordeste para impossibilitar que o Bolsonaro possa encaminhar uma agenda, tem uma questão que não é só política: é uma questão cognitiva.

“Um jovem negro dizendo: ‘Eu gosto da ideia de cotas, só que eu quero estar vivo, se não estiver vivo não tenho como aproveitar a cota’, indica que a esquerda tem falhado em dar respostas à questão do extermínio da juventude negra”
(Isabela)

Para responder às perguntas: como o tema da desigualdade aparece entre os apoiadores. Na nossa pesquisa etnográfica, primeiro que as pessoas não conseguem enunciar, pessoas comuns que não estão num debate como a gente está, não conseguem enunciar desigualdade na mesma maneira, então ela não aparece dessa forma. Agora, uma das coisas que apareceram e que a gente tem falhado para dar resposta como projeto de esquerda é a questão da segurança pública. Isso é unânime entre os entrevistados. E uma das frases que sintetizam isso é a seguinte — um jovem me dizendo, um jovem negro: “Eu gosto da ideia de cotas, eu acho cotas muito bom, a possibilidade das políticas educacionais do Haddad”, referindo-se a diferentes projetos, “só que eu quero estar vivo, se não estiver vivo eu não tenho

como aproveitar a cota”. Ou seja: a questão dessa pessoa era tão urgente em relação à violência urbana, em relação ao extermínio da juventude negra e em se manter vivo, que a questão da segurança pública gritava muito mais que a questão da desigualdade. Porque é melhor estar vivo, mesmo que numa situação de desigualdade ou de pobreza.

E isso tem a ver também com uma questão que aparece na pesquisa, que é o fato de que há uma percepção, também, um pouco fantasiosa da segurança pública: as pessoas veem no noticiário um contexto, por exemplo, que fala sobre o Rio de Janeiro, específico sobre a violência urbana, e isso vira uma metonímia, como se fosse o Brasil inteiro. Quando você vai comparar, do ponto de vista de onde você fez pesquisa e, de fato, índices de criminalidade, homicídio etc. não batem, a pessoa tem uma percepção a respeito da violência que muitas vezes é mediada pela mídia e não diz respeito à violência de fato que essa pessoa está vivendo. Em outros contextos, diz respeito, sim, ao tipo de violência que essa pessoa está vivendo, principalmente em relação à diferença, por exemplo, entre pessoas mais velhas e mais jovens, entre brancos e negros e mulheres.

Então a capilarização da direita, pensando essas diferentes temporalidades, me parece que

a gente precisa ter uma resposta urgente e de, minimamente, manter determinadas conquistas ainda que sejam conquistas liberais. E ao mesmo tempo ter um trabalho que não é nem de convencimento, um trabalho de fato de movimentos sociais, e que seja corpo a corpo. Henrique fez uma observação de que as pessoas deixaram de votar no PT pela domesticação do partido, que virou um partido da ordem. Isso aparece para a gente em campo. Então não é como se fosse “Ah, o PT se tornou muito revolucionário, muito socialista, muito de esquerda, então é por isso que eu vou deixar de votar”. É exatamente o contrário: “O Lula se tornou *establishment*”, “o PT se tornou *establishment*, ficou todo mundo igual”, e o Bolsonaro se vale de um discurso *antiestablishment*, ainda que não seja verdade. A gente precisa ter um trabalho de mobilização social, só que esse trabalho de mobilização social vai demorar anos. Para conseguir recuperar e fazer frente a essa capilarização da direita, esse avanço da direita, principalmente entre os pobres, as pessoas mais pobres pedindo Estado mínimo, vai demorar muito tempo. Então não sei quanto tempo a gente tem do ponto de vista de ação, para esperar que a população consiga se mobilizar a partir dessas pautas, se convencer [de]

que não é o Greenpeace que está sujando o oceano... Não sei se a gente tem esse tempo. Então fico imaginando que, talvez, a gente tenha que pensar estratégias que sejam diversas, estratégias de curto, médio e longo prazo, e a de curto prazo me parece, sim, a defesa de instituições. Defesa da Constituição, defesa de partidos políticos, nesse sentido.

Tenho uma questão, a última, que é a seguinte: não sou apenas a única mulher da mesa, mas sou a mais jovem, e não sou também tão mais jovem assim — a gente entrevista pessoas que têm vinte e poucos anos, eu tenho 39. Mas além dessa dificuldade da gente de entender o que é povo, há um abismo cognitivo — do ponto de vista de visão de mundo — com a juventude, e uma juventude que está dizendo exatamente isso: “Ah, partidos? Tanto faz, não tem que ter partidos”. “Constituição? Ah, bobagem”. Então, você tem que voltar para uma posição dizendo assim: “Não, olha, é preciso ter partidos”. É uma situação de completo hiperindividualismo, desse antissistema e dessa lógica de “não precisamos de partido, a gente não precisa de Constituição, a gente não precisa de nada, porque o meu partido sou eu”. “Então eu posso ter uma arma, vou resolver sozinho”. Esse ponto me parece ser bem urgente de respostas.

Houve uma inversão nas duas últimas falas. Por problemas de horário, Luis Felipe pediu para falar antes, e Plínio concordou.

“Na verdade, a transformação começa no PT com as eleições de 1989, quando Lula chega ao 2º turno e a Presidência está ao alcance da mão. Parece indicar que a luta eleitoral pode permitir um caminho para o poder mais rápido que a mobilização social”

Quando a gente está numa situação dessas, a esquerda, discutindo o que fazer, e aí fala da conjuntura, fala da construção de novas institucionalidades, da pressão social permanente... Às vezes me vem aqui a ideia de que está tudo certo, só falta “combinar com os russos”. Quer dizer: existe um descompasso entre a enormidade das tarefas que a gente tem que levar a cabo e os recursos com que a gente conta. Existe um problema entre as urgências com as quais estamos nos defrontando e os projetos, nossos horizontes de longo prazo. Sim, a gente tem que recompor a nossa capacidade de pressão, de mobilização, que sempre teve problemas e que foi muito reduzida no período longo de acomodação, mas isso a gente não faz da noite para o dia, não é algo que a gente possa estalar os dedos e resolver. Às vezes parece que a

gente está, na verdade, à espera de uma convulsão espontânea levada pelas inconformidades e insatisfações que existem na sociedade mas, então, a gente está com um papel muito reduzido, uma expectativa muito reduzida. Isso é uma questão central e permanente: como é que a gente é capaz de manter o horizonte de transformação social radical e ao mesmo tempo fazer frente às urgências do momento. Porque nós temos uma série de premências que não podem esperar até que a gente tenha força para levar a cabo essa transformação social radical.

Se a gente pensar, na verdade, na própria experiência do lulismo como projeto de poder, pode ter no lulismo uma resposta a essa questão baseada na ideia de que se a transformação profunda não virá até onde a gente possa alcançar, então a gente opta pelo mínimo que é resolver premências urgentes — por exemplo, a necessidade de retirar milhões de pessoas da pobreza mais abjeta. Eu posso julgar que isso tem problemas, eu posso julgar que isso deu errado, eu posso ver vários problemas na forma como isso foi levado a cabo. Agora, quem sou eu para dizer que essa urgência não merece ser tratada com o grau de premência que ela de fato possui? Porque é fácil para nós ficarmos aqui na contemplação narcísica da nossa própria radicalidade, enquanto o mundo vai passando e as questões não são resolvidas e são questões gravíssimas. Então é isso que é o nosso

drama, tem que procurar responder: como é que a gente é capaz de incidir com alguma efetividade na luta política, como dar resposta às questões urgentes, sem com isso estar diminuindo o horizonte da transformação radical pela qual a gente luta? Não tenho nenhuma resposta para dar a nenhuma dessas questões, mas a gente tem que levar isso centralmente em consideração quando pensa nos desafios do momento.

O fato é que temos uma fraca capacidade de mobilização no Brasil hoje. Nós estamos enfrentando retrocessos que têm tido como resposta uma mobilização muito menor e essa mobilização, além de ser fraca em comparação aos desafios que estamos enfrentando, se dá de uma maneira muito episódica. Temos alguns momentos de explosão de insatisfação, mas uma enorme dificuldade de manter no nível necessário uma mobilização organizada, permanente, que é necessária para levar adiante a luta.

Essa fraca capacidade de mobilização se deve também — vou tocar aqui uma questão que várias pessoas já tocaram — ao apego às formas de luta institucional que se tornaram as formas prioritárias, foco da ação política de boa parte da esquerda brasileira. Foi falado aqui da “Carta aos Brasileiros” como momento de inflexão, mas na verdade, na minha leitura, essa transformação começa no PT com as eleições de 1989, quando Lula chega ao segundo turno e a Presidência da

República está ao alcance da mão, surpreendentemente, para um partido que era um partido pequeno do ponto de vista eleitoral até aquele momento. Então parece que se dá uma indicação de que a luta eleitoral pode resolver as questões, pode permitir um caminho para o poder muito mais rápido do que o processo de mobilização social no qual o PT apostava nos seus primórdios.

Só que isso tem um preço, a luta eleitoral tem um preço, ela leva a acomodações, ela busca uma maioria que é mais facilmente alcançada enquanto você não disputa determinados sentidos, quando você se acomoda a determinadas agendas e determinados enquadramentos, quando você se abre para um esforço de aliança, porque afinal “é só um pouquinho mais de aliança ao centro”, e nisso a gente acaba abraçando todo mundo como o PT abraçou, de Jader Barbalho a Paulo Maluf, passando pela família Sarney, e assim por diante.

“Nós temos uma pluralização da agenda emancipatória, pela presença de grupos com protagonismos, com hierarquias de agendas muito diversas, e tudo isso exige da esquerda novas práticas, novos discursos e novas formas organizativas”
(Luis Felipe)

Então cobra esse preço — e é sedutor, quer dizer, essa institucionalidade está produzida dessa maneira não é por acaso, ela favorece objetivamente a expressão de determinados interesses e dificulta a expressão de outros, certo? Essa democracia liberal, as regras do jogo que estamos vendo que estão sendo violadas agora, como em qualquer jogo essas regras favorecem uns e desfavorecem outros. É bom ter regra do jogo funcionando? É, porque permite que você planeje as suas estratégias com uma certa previsibilidade. É melhor do que um vale-tudo. Agora, as regras do basquete favorecem os altos e prejudicam os baixinhos. As regras do jogo eleitoral na democracia liberal favorecem a burguesia e desfavorecem a classe trabalhadora pelo tipo de recurso que é capaz de se mobilizar para gerar resultados eleitorais. Não estou querendo dizer que a eleição é irrelevante, mas que existe esse viés. Para usar uma palavra forte: a eleição é um mecanismo de cooptação e de domesticação de fato, é da luta política. O PT se rendeu a isso e para falar a verdade eu não vejo no PSOL um esforço de resistência a isso muito forte. O PSOL na verdade herda boa parte dessa visão eleitoral da política que marcou o PT a partir do segundo decênio da sua história.

Uma questão que é importante estar na nossa reflexão também é que nas últimas décadas a gente tem vivido um ciclo de mudan-

ças muito importantes e muito rápidas. Mudanças no mundo do trabalho que são muito significativas, mudanças nos fluxos comunicativos na sociedade, mudanças vinculadas a esses dois elementos anteriores nos processos de produção da subjetividade no mundo social. Nós temos uma pluralização da agenda emancipatória, pela presença de grupos com protagonismos, com hierarquias de agendas muito diversas e tudo isso exige da esquerda novas práticas, novos discursos e novas formas organizativas. A gente está atrasado também em enfrentar isso. A gente vê muitas vezes uma nostalgia da esquerda da primeira metade do século passado como se fosse isso que nos faltasse, mas aqueles instrumentos — [com] que a gente tem que, evidentemente, aprender — não são os instrumentos que vão permitir a nossa ação no mundo do século 21, por causa de todas essas mudanças. Então, isso tem que ser levado em conta. Enfim, evidentemente são muito mais perguntas do que respostas, na verdade são muitas perguntas e zero respostas, mas é importante neste momento a gente fazer esses questionamentos e pensar nisso, quer dizer: pensar em como a gente será capaz de combinar sentimento de urgência e radicalidade na nossa agenda. Eu peço desculpa porque eu vou ter que sair para não perder o meu voo. Obrigado por me trazerem até aqui.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO FILHO

“Sanders e Corbyn acham que vão sair do neoliberalismo voltando ao *Welfare State*. Não há volta para o *Welfare State*, acabou! Não há base material. A industrialização capitalista nacional acabou, é um outro mundo, de grandes mudanças”

O ponto de partida é a gente entender em que época nós estamos e qual é a tendência da luta de classes na nossa época. Teve a época da revolução burguesa, veio a revolução burguesa; depois teve a época das guerras imperialistas; o ciclo das ditaduras. Nós temos que entender qual é a nossa época e qual é a situação do capitalismo. Eu vou pegar uma ideia do Mészáros: nós vivemos o capitalismo da crise estrutural do capital. É um capitalismo que tampa um buraco cavando um buraco maior ainda. Não há nenhuma possibilidade de domesticar esse capitalismo. Este é o capitalismo da catástrofe e da barbárie. Ele caracteriza isto com a ideia de uma crise da totalidade, não é uma crise que você resolve recompondo a totalidade, é uma crise da totalidade. Isso não quer dizer o fim do capitalismo, quer dizer só

que o capitalismo leva à potência máxima todas as suas tendências destrutivas. Então, essa é a nossa época. Como é que esta época bate na periferia latino-americana? Provoca um processo de reversão neocolonial. Nós somos sociedades de origem colonial que não conseguiram se organizar como um Estado nacional minimamente autônomo dentro do contexto civilizatório. Dentro da América Latina, o Brasil é um dos países que mais sofrem isso, porque o Brasil foi quem mais longe levou a industrialização, urbanizou todo mundo e agora estamos sofrendo um processo de desindustrialização. Então, é uma situação dramática.

Qual é a palavra de ordem do capital para resolver esta crise no mundo inteiro? Ofensiva sobre o trabalho. Então é rebaixar o nível tradicional de vida dos trabalhadores em todo o mundo. Então esta é a situação objetiva. Como é que a luta de classes polariza aí? É contrarrevolução permanente do capital e o outro lado tem que se organizar, tem que organizar a revolução potencial, que seria a resposta civilizada, inscrita na história, à barbárie capitalista. Qual é a discussão da esquerda mundial? Isto não é um problema do Brasil, é um problema mundial. Como sair da enclacrada? Eu acompanho os debates do Partido Democrata americano. Qual é a discussão do Partido Democrata americano, pelo menos do Bernie Sanders e da ala mais à esquerda? “Como sair do

neoliberalismo”. Qual é a discussão do Corbyn? “Como sair do neoliberalismo”. Como é que eles acham que vão sair do neoliberalismo? Voltando ao *Welfare State*. Não há volta para o *Welfare State*, acabou! Não há base material. Quando o Trump diz: “Eu vou trazer a indústria de volta”, ele não vai trazer! “Mas nós vamos”. Não: nem ele, nem nós. Acabou! A industrialização capitalista nacional acabou, é um outro mundo. É um mundo de grandes mudanças, que provoca grandes mudanças.

Bom, e aqui nós, como é que a gente sai da enclacrada? Porque essa foi a discussão da urgência e tal. Por exemplo, quem defende a democracia? O povo defende a democracia. Se o povo não estiver na rua não vai ter democracia. Aqui teve democracia quando o povo foi para a rua e não vai ter se o povo sair da rua. O povo saiu da rua, o Lula chamou, ninguém foi. A burguesia falou: “Oba! Vamos avançar”. Agora, como é que o povo vai para a rua? O povo foi para a rua no Chile, e quando ele vai para a rua a burguesia escuta. Aqui o partido das ruas fala forte. Em junho escutaram; depois na tomada, quer escola, toma a escola; quer tarifa mais barata, toma a rua; ou se está na rua ou não tem. Mas qual foi a lição das jornadas de junho? Eu tenho pleno acordo com o Henrique, foi o fato histórico mais importante da história moderna do Brasil. Uma primeira fumaça das contradições acumuladas em 500

anos de história. É uma primeira fumaça destas contradições, esta que é a importância!

Lembro que o Florestan [Fernandes] falava que depois do golpe de 1964 a revolução operária avançava silenciosamente. Não foi silenciosa, saiu. Ou seja: tem sim uma energia, e saiu agora no Chile com mais densidade histórica, com mais politização, porque o Chile é um país mais politizado. Sai, e não sai cru. Sai com a memória do Allende, com a memória das lutas operárias do início do século 20, é um negócio forte. Quais são as lições da nossa jornada de junho? Que fez a burguesia? Bateu. E aí? Bateu mais, com apoio do doutor Haddad, esse que o PT quer agora pôr de aliado nosso. E o que é que aconteceu com o movimento? Ele foi subindo que nem suspiro. E o que a burguesia fez? Abriu o dique, abriu as comportas. Falou: “Nós vamos operar dentro das jornadas”, e operaram, e transformaram um movimento que vinha pela esquerda num movimento reacionário. Mas como é que eles operaram? Sem bandeira, sem partido. Mas tinha bandeira, a deles, a verde e amarela da FIFA, e tinha partido, que era a Rede Globo.

Isso diz mais ou menos o que nós precisamos. Nós precisamos de bandeira e nós precisamos de partido. Isso não é fácil, é uma luta! A burguesia luta para que o povo fique a zero. Porque a burguesia sabe que o povo está insatisfeito. A burguesia tem instinto de sobrevivência. O Piñera, o que é que ele falou? “Estamos em guerra”. Guerra contra o povo dele. E eles

estão em guerra, eles precisam nos deixar completamente desarmados. Eles operam na reorganização da esquerda, na impossibilidade de construir uma esquerda, e é por isso que a gente tem que discutir o PT. Não para massacrar o PT. O que faz a burguesia? A burguesia quer massacrar o PT enquanto partido da mudança. Se não for partido da mudança, a burguesia se dá muito bem com o PT, tem aliança no Brasil inteiro, o PT se dá muito bem com a burguesia, não tem problema. Mas o PT como esperança de vencer o medo tem que ser morto. Bem, nós não temos que massacrar nada, nós temos que superar o PT. Nós temos que entender por que deu errado e ir além, enterrar o PT, porque o PT se transformou num partido da ordem.

O PT é um partido da ordem, que desperta muitas paixões, porque ele faz a impostura à esquerda e a usurpação à direita, então todos ficam furiosos com o PT. Porque ele finge que é de esquerda e usurpa a bandeira da direita. O PT queria polarizar com Bolsonaro. Mas Bolsonaro e Lula são extremamente funcionais para a ordem. Tanto são que a ordem nunca galopou tanto. Ela está tranquila, a burguesia está tranquila porque o PT faz a ilusão, a cooptação e a legitimação. E o Bolsonaro faz o medo, a violência e os negócios. Então, *é bebê com tomé*, estão juntos!

“O PT está sendo massacrado pela ordem”. Não é verdade! O PT é um partido da ordem e o partido mais forte da ordem. Quem foi muito mais massacrado pela Lava Jato e não só pela Lava Jato, mas por este sentimento contra partido

foi o PSDB. O Aécio, por exemplo, virou pó, né? Virou pó. Está solto! Agora, por que uns recebem tratamento diferenciado, porque não há dúvida que o PT recebe tratamento diferenciado! Apanha dobrado porque é mais forte, porque é mais organizado. Exatamente por isso foi o que mais apanhou e o que menos perdeu, porque ele é mais organizado. Por que é que tiraram a Dilma? Porque na ordem cada um tem o seu papel. O papel do PT é basicamente desmobilizar o povo! O PT entra na política contra tudo e contra todos, nós sabemos como, porque pôs o povo na rua. Chega ao poder na década de 1990 porque tira o povo da rua. Entra em crise na jornada de junho porque nem pôs nem tirou. Volta ao jogo porque tirou o povo da rua na greve de 2017. Porque falou, pôs e “oh, se quiser eu ponho um pouquinho, mas se vocês forem bonzinhos eu tiro”, não tem uma segunda greve, não precisamos derrubar o Temer. A mesma coisa agora este ano. Desmobiliza o povo, se credencia a estar dentro da ordem.

Porque esse é o jogo político. A burguesia está reorganizando a política profundamente. Não tem essa que agora eu ganho, eu derroto, faço uma frente eleitoral, derroto o Bolsonaro e voltamos então, a 2006, a 2014. Não tem volta. Acabou! O nosso sistema político hoje é um sistema político híbrido. Nem exatamente uma ditadura, nem exatamente a Nova República. Não é nem um nem outro. E a burguesia opera para redefinir o papel da esquerda da ordem. E nisso o PT tem um papel crucial, porque é ele que

controla este espaço da política e neste papel ele atua sobre o PSOL. E atua pela figura do Boulos, que nem esconde que antes de cumprimentar o povo brasileiro cumprimentou o presidente Lula, [e] que não colocou um debate relevante no pleito eleitoral [de 2018], nenhum debate, nenhuma questão relevante. Dívida pública, problemas da segurança pública a fundo, não. Ele se dedicou a servir de ventríloquo do Haddad. Então ele atua sobre o partido, o nosso partido.

“Dentro da ordem você discute o ritmo e a intensidade da barbárie, o que eu chamo de miséria do possível. Mas como é que sai disso? Revolução socialista. Só sai desse jeito, porque se o capitalismo é tanto buraco cavando buraco maior ainda, só tem um jeito. Isto tem que entrar na ordem do dia”

(Plínio)

O primeiro passo para falar com o povão é ter o que falar. E para ter o que falar, nós temos que propor o novo. E o que o PT está brigando é para fazer uma massagem cardíaca para ressuscitar o velho, que não vai ressuscitar. O nome disso aqui tem que ser “refundado”! A burguesia sabe disso, está refundando

do jeito dela. Agora nós estamos em pleno “acordão”. Estamos assistindo a um acordão. O PT votou entusiasmado no novo Procurador-Geral porque está se fazendo um acordão. Porque a Lava Jato já cumpriu o papel dela. O papel dela era destruir, digamos tirar o PT do poder e desmoralizar, o que é mais forte, todo o sistema partidário. Por quê? Porque assim o capital controla o Estado de maneira mais ágil, de maneira mais eficaz, mais adequada às novas exigências desta selvageria que está sendo feita na periferia do capitalismo.

Então é contra isto que a esquerda tem que brigar. E, para isto, nós temos que ter um programa, porque o capital tem programa. O capital está organizado em escala internacional. Qual é o problema do capital? A crise capitalista. Qual é a solução? Nós vamos reciclar a sociabilidade capitalista, doa a quem doer. Se acabar o mundo não tem importância, é o que nós vamos fazer. Qual é a política econômica? Ajuste em cima do povão, em cima do trabalho. Qual é a solução para a crise social? Guerra aos pobres no mundo inteiro. Qual é a solução para a crise política? Um governo autoritário, no Brasil é a solução autoritária, a intervenção militar. A solução é o Bolsonaro? Não sei, acho até que não. O Brasil historicamente não escolhe tiranos. O Bolsonaro tem uma vocação pessoal, ele pessoalmente é um tirano. Mas a tradição brasileira é golpe militar, é só ver na nossa história. Todas as crises políticas profundas foram resolvidas com golpe militar. Então não sei se Bol-

sonaro é a solução ou é uma passagem. Mas a questão não é derrotar o Bolsonaro, isso quem falou foi o Valter e eu concordo. A questão é derrotar o modelo, o projeto, modelo econômico e modelo político.

De que é que adianta tirar o Bolsonaro para pôr o Haddad rebaixado? A Laura Carvalho, que foi guru econômica do Boulos, faz um balanço da reforma da Previdência que é: “dadas as circunstâncias até que foi bem razoável”. Não! Está péssimo. Desmontaram o sistema previdenciário. Não é que nós enganamos o Guedes, [ou que] Guedes negociou nos nossos termos. Não! Nós enganamos o povo, porque negociamos nos termos do Guedes, que era o mesmo [projeto] da Dilma. Então derrotar o modelo não é derrotar o Bolsonaro. É derrotar o Bolsonaro e derrotar o PT. Hoje está difícil isso. Agora, tem que ter um programa. A burguesia tem método: é o terrorismo, é desemprego e é a violência política; tem organização: é o uso pelo Estado da legalidade e da ilegalidade para disciplinar todo mundo; tem valores: individualismo, todo mundo sabe; tem ideologia: é liberalismo. Então, estão completos.

E o nosso time? Qual é o problema nosso? É o Lula preso? Isso pode ser um problema. É óbvio que o Lula tem que ter um juízo justo. O Lula e qualquer um. E a gente tem que ter uma reivindicação muito além do “Lula Livre”. Todos os 340 mil presos encarcerados sem condenação têm também que estar livres. Não é só Lula, porque Lula não é um imperador. São todos os brasileiros, e o Lula também, sem

dúvida nenhuma. Qual é o nosso problema? É a barbárie: a barbárie social, a barbárie ambiental — é um negócio brutal. Isto aqui não é obra do Bolsonaro, nem do Temer e nem também da Dilma e do Lula. É um processo histórico profundo que se não for detido vai trucidando. Dentro da ordem você discute o ritmo e a intensidade da barbárie, o que eu chamo de miséria do possível. Mas como é que sai disso? Revolução socialista. Só sai desse jeito, porque se o capitalismo é tanto buraco cavando buraco maior ainda, só tem um jeito. Isto tem que entrar na ordem do dia, tem que ser discutido. A burguesia não quer que isso seja discutido.

Nós temos que ter uma política econômica. Qual é a política econômica? Eu vi qual era a do Haddad. Era a mesma do PSOL: administrar o Plano Real. A nossa política tem que ser como sair do Plano Real. Uma política de ruptura. Tem que sair, como é que sai? Tem que discutir como é que sai. Mas tem que explicar para o povo isso para ele bancar, porque se ele não estiver na rua não vai sair. Como é que resolve a crise política que a gente está discutindo aqui? Faz frente com Lula, sai com o Haddad, no Rio [de Janeiro] é Freixo, então como

é que sai? “Intervenção popular”! O Bolsonaro teve a ousadia de falar “intervenção militar”, que é o que disputa o novo. Mas nós não temos a ousadia de falar “intervenção popular”, que é o único jeito de sair dessa encalacrada. É o único! E nós só vamos sair um dia com uma profunda intervenção popular. Mas não falamos isso. Qual é o método? O deles é o terrorismo, e o nosso? É o poder popular, é o povo no poder. Se a gente não se organizar para isso não acontece nada, porque as coisas não vão cair de podres, a história tem que ser construída.

Para isso a gente tem que ter uma organização, tem que ter um partido revolucionário. O PSOL é um partido revolucionário? Eu sou do PSOL! Não é o partido. Mas tem lá algumas organizações, inclusive dentro do PT. Mas isso tudo tem que ter uma outra aglutinação, uma outra forma, senão nós estamos a zero. O jogo está a zero, que é o jeito que a burguesia controla. Deixa o povo sempre a zero. Nós temos que ter os valores da solidariedade, da cooperação, da igualdade substantiva — e ideologia. Nós temos que colocar o comunismo para a população. Sabe quem acredita no comunismo? A burguesia,

porque ela tem pânico de que a gente fale nesse assunto, não abre o espaço para a gente falar disso. Então vamos falar disso. Porque, se a gente tiver a conversa séria, este é o primeiro passo para ser escutado, porque se não a gente não disputa o futuro. A gente quer reciclar uma Nova República que morreu. Acabou! Não vai reciclar. “Ah, mas o Lula pode ganhar”. Com certeza ele pode ganhar. E se ele ganhar não será nem o Lula de 2013. Será outra coisa, porque a ordem mudou, mudou o capitalismo, mudou a divisão internacional do trabalho, as forças produtivas, as relações de produção, o papel de intervenção do Estado na economia, a cultura, a organização da direita, só não mudou o PT. E o PSOL pior, porque vai no vácuo do PT servindo de linha auxiliar, que fica ali no rabo do PT sendo alinhado.

Então nós temos que disputar o novo e o novo passa por mudanças profundas. É o primeiro passo para poder conversar com a população, porque a população sabe que vive uma situação gravíssima, está desesperada, ao votar no Bolsonaro fez um voto desesperado, e é essa tarefa que a gente tem: colocar minhoca na cabeça dos trabalhadores. Obrigado!